

TRANSPARÊNCIA

IBRA✓**CON**
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Agenda verde

Sustentabilidade cria valor e garante longevidade aos negócios

De ponta a ponta

Sociedade cobra *due diligence* na cadeia de fornecedores

Bons ventos

Energia eólica ganha competitividade no Brasil



JORNALISTAS

O Ibracon quer levar vocês a Nova York



Prêmio Transparência de Jornalismo 2012

- ✓ Envie sua matéria até 31/10/2012.
- ✓ O vencedor de cada categoria ganhará uma viagem cultural com duração de cinco dias a Nova York, para uma visita à redação do Wall Street Journal e à Federação Internacional dos Contadores (IFAC).

INSCRIÇÕES E REGULAMENTO:
www.ibracon.com.br/jornalismo

IBRAACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL



5

Editorial

Sustentabilidade

6

Entrevista

Antoninho Marmo Trevisan fala do desafio de atrair os jovens

10

Especial

O Brasil na vanguarda da agenda verde



17

Responsabilidade total

Sociedade cobra *due diligence* de fornecedores

22

Novos rumos da energia

Eólica é a alternativa mais forte no País



28

Empreendedorismo

Incubadoras apostam na inovação tecnológica

33

Panorama

Resolução do CFC aumenta representatividade do Ibracon

34

Automóveis

O poder de arranque do setor automobilístico



38

Pingos & respingos

Por dentro do Ibracon

40

Educação Continuada

Roteiro de atualização profissional



41

O encontro do ano

Tudo pronto para a 2ª Conferência Brasileira do Ibracon

42

Nova gestão

Diretoria da Nacional e da 5ª Regional tomam posse

46

Perfil

Conheça o jovem presidente do CRC-SP, Luiz Fernando Nóbrega



49

Artigo

José Pastore discute desoneração e custo do trabalho



A Revista Transparência Ibracon

é uma publicação trimestral do
Ibracon – Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil
Tiragem: 3 mil exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 8º e 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

Conselho de Administração

Adeildo Osório de Oliveira
Adelino Dias Pinho
Antônio Carlos de Castro Palácios
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Edmar Sombra Bezerra
Fernando Dantas Alves Filho
Gilberto Bagaiolo Contador
Guy Almeida Andrade
Juarez Lopes de Araújo
Luiz Guilherme Frazão São Pedro
Marcelo de Deus Saweryn
Marco Aurélio Cunha de Almeida
Mário Vieira Lopes
Patrício Marques Roche
Pedro Augusto de Melo
Ricardo Julio Rodil
Robinson Passos de Castro e Silva

Diretoria Nacional

Presidente
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Diretor Técnico
Idésio da Silva Coelho Júnior
Diretor de Administração e Finanças
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Diretor de Desenvolvimento Profissional
Carlos Alberto de Sousa
Diretor de Regionais
Paulo César Santana
Diretor de Comunicação
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Superintendente

Marco Aurelio Fuchida

Conselho Editorial

Adelino Dias Pinho
André Luiz Bufoni
Antonio Duarte Carvalho de Castro
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Heloisa Helena Montes
Henrique José Fernandes Luz
Iran Siqueira Lima
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Juarez Lopes de Araújo
Marco Aurelio Fuchida
Paulo César Santana
Paulo Roberto de Toledo

Editora responsável

EX LIBRIS
comunicação integrada

Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora
Geraldina Privatti

 Projeto gráfico e diagramação
AreaDesign - Wilma Temin

Sustentabilidade



No mês em que o Rio de Janeiro, em nome do Brasil, recebe os mais representativos expoentes do debate global sobre sustentabilidade e desenvolvimento, a nossa *Transparência Ibracon* não poderia se manter alheia ao temário que domina a Rio + 20.

Sem a pretensão de concorrer com o noticiário diário da grande imprensa, concentramos nossa atenção no que nos diz respeito mais de perto: a forma como as companhias conciliam negócios e responsabilidade social e ambiental, tendo em vista principalmente a elaboração dos relatórios de sustentabilidade.

A reportagem especial *O Brasil à frente na agenda verde* abre caminho para a análise de outros aspectos relevantes da sustentabilidade. Um deles é o aumento da participação das energias alternativas na matriz de abastecimento, tema da reportagem *Novos rumos da energia no Brasil*. Outro aspecto primordial para as companhias preocupadas com a responsabilidade social e ambiental é tratado na matéria *Sociedade cobra due diligence na cadeia de fornecedores*. Ela analisa os benefícios da realização de auditoria na cadeia de fornecedores, sem o que as empresas globalizadas correm o risco de que denúncias contra terceiros manchem sua reputação.

Para os executivos que acompanham nossa revista, espero que a leitura desta edição seja produtiva para os seus negócios. Aos profissionais de auditoria do Brasil, desejo que a *Transparência Ibracon* tenha colaborado para acrescentar conteúdo ao seu conhecimento.

Um abraço,

Eduardo Pocetti
Presidente do Ibracon

Atrair os jovens é o maior desafio

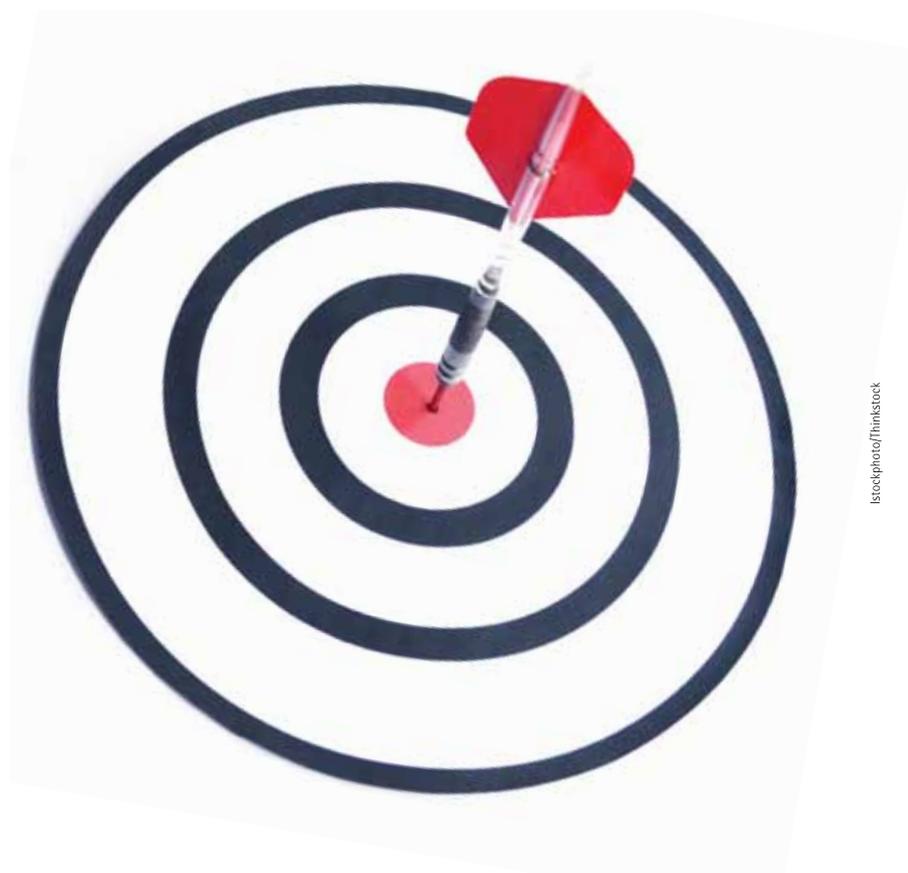
A auditoria passou por profundas transformações no Brasil. Mas a profissão ainda tem um grande desafio a enfrentar: atrair os jovens. Para isso, é importante mostrar a eles que a carreira é emocionante, enriquecedora e permite ascensão profissional acelerada.

A análise é de um especialista: Antoninho Marmo Trevisan, que ingressou na auditoria como *trainee*, montou a própria empresa e a transformou na quinta maior do País. Depois, enveredou no mundo da educação, com a Trevisan Escola de Negócios.

"Ao longo da carreira, desenvolvemos múltiplas habilidades e acumulamos conhecimentos abrangentes sobre diversos setores econômicos. Temos uma visão muito rica e aprofundada", afirma Trevisan. Segundo ele, esses são excelentes argumentos para conquistar jovens profissionais.

Professor da Fundação Getúlio Vargas na década de 1980, Trevisan se tornou referência no universo da

contabilidade, da auditoria e da formação de executivos. "Precisamos aproveitar esse momento que o Brasil vive. Temos de nos preparar, não só com treinamento, mas com o aprofundamento das questões diárias da profissão, intensificando o aprendizado teórico para aplicá-lo com mais segurança na prática", ensina Trevisan. Há décadas, ele se preocupa em desenvolver cursos para empresários, executivos e auditores. Confira a íntegra da entrevista:





“Vivemos, hoje, provavelmente, o melhor momento da contabilidade brasileira”

A contabilidade e a auditoria passaram por uma grande evolução no Brasil. Como o senhor avalia o panorama atual?

Sem dúvida, a carreira deu uma guinada. A vida toda o profissional dessa área seguiu códigos – tributário, contábil e legal. O profissional sempre trabalhou baseado em protocolos, como se não estivesse capacitado a pensar. Hoje, com a convergência ao padrão internacional, o contador decide sobre os fatos e assume a responsabilidade subjetiva, de acordo com seus conhecimentos.

O profissional avalia as questões das empresas que atende e, então, determina o que deve ser feito. Seu julgamento profissional prevalece. Até então, ele simplesmente seguia padrões que, muitas vezes, não pareciam reais.

Vivemos, hoje, provavelmente, o melhor momento da contabilidade brasileira. Todos os envolvidos com a contabilidade estão aprendendo a julgar e trabalhar com essa visão subjetiva.

O bom profissional é valorizado e o cliente pode ser avaliado com mais precisão, porque cada um é único e nem sempre uma regra geral serve para todos. Isso dá um novo alento à profissão e permite que os auditores e contadores sejam vistos sob uma nova ótica.

Precisamos aproveitar esse momento, seguir em frente com nossos objetivos. Acima de tudo, temos de nos preparar, não só com cursos, mas com o aprofundamento das questões diárias da profissão, intensificando o aprendizado teórico para aplicá-lo com mais segurança na prática.

O Ibracon acompanhou de perto essa evolução. Como o senhor analisa o desempenho do Instituto nos últimos anos?

Sou pioneiro do Ibracon. Entre 1973 e 1974, participei do Conselho Editorial do Instituto e colaborei, dando cursos e escrevendo artigos. No momento, vemos o Ibracon intensificar sua defesa dos interesses da categoria dos auditores, posicionando-se mais firmemente em setores públicos onde a atuação dos auditores era fraca. Essa atuação resulta na ocupação de espaços importantes. O Ibracon está acompanhando as mudanças da carreira.

Nos últimos cinco anos, o Instituto conquistou maior força política, criando seu Conselho de Administração, com a participação dos sócios-líderes das grandes, pequenas e médias firmas de auditoria. Em linhas gerais, a auditoria

“Nós mesmos, auditores, não percebemos a importância do nosso papel na sociedade”

floresce, o que também sinaliza o vigor democrático do Brasil. Um país fechado, com ditadura, não tem transparência.

Como o senhor avalia a imagem da auditoria e dos profissionais auditores junto à sociedade?

Nós, auditores, passamos muitos anos fechados. Isso fez com que a profissão migrasse para uma posição desconhecida para a sociedade. O papel da auditoria continua sendo pouco conhecido e a atuação do auditor ainda é mal interpretada. Quando uma empresa entra em crise, a primeira questão levantada é a responsabilidade do auditor.

Nós mesmos, auditores, não percebemos a importância do nosso papel na sociedade. Internacionalmente, a profissão de auditor é vista de forma positiva e os jovens se interessam por ela. Nos Estados Unidos, o filho que escolhe ser auditor é motivo de orgulho para a família, que vê na carreira oportunidades de sucesso.

Por isso, no Brasil, eu acho que o desafio é mostrar ao jovem que a carreira de auditor pode ser emocionante, desafiadora e permitir muitas novas conquistas. Eu, por exemplo, conheci



lugares e diversas culturas com a profissão, oportunidades que eu não teria se não fosse pelo ofício.

Por que o senhor trocou a prática da auditoria pela área da educação?

Minha empresa havia atingido um tamanho e uma importância que despertaram o interesse de outras corporações. Entendi que era o momento de aceitar uma fusão ou aquisição. Desenvolver uma firma de auditoria e colocá-la entre as melhores

do País foi apenas um ciclo da minha vida. Achei que poderia começar uma nova etapa. Naquele momento, decidi que já tinha pescado muito e que chegara a hora de ensinar a pescar.

Como nasceu a Trevisan Escola de Negócios?

Como auditor eu cuidava de uma área de treinamento de executivos e fui convidado para ser professor na Fundação Getúlio Vargas. Portanto, eu já mantinha uma estreita convivência

com o ensino. E sentia necessidade de desenvolver cursos, programas de graduação e MBA para empresários, executivos e auditores. Mas a decisão final para a criação da Trevisan Escola de Negócios baseou-se na percepção de que havia falta de especialização para profissionais e que esse era um serviço demandado pelo mercado.

Comecei oferecendo especialização e, em 1999, dei início à Escola de Negócios, com cursos de graduação. Hoje, temos três campi: dois com graduação, nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, e um de pós-graduação, em Ribeirão Bonito, minha cidade natal, no interior paulista. Nós, auditores, temos uma carreira que nos permite viver de maneira eclética.

Ao longo da carreira, desenvolvemos múltiplas habilidades e acumulamos conhecimentos abrangentes sobre diversos setores econômicos, desde indústrias automobilísticas até instituições bancárias, passando por fazendas de gado, por exemplo. Ou seja, temos uma visão muito rica e aprofundada.

Sempre me preocupei em transmitir isso aos jovens. Por isso, participei de muitos debates dentro do mundo empresarial. Criei, inclusive, uma editora. Com ela e a faculdade, posso executar um conjunto de ações

interessantes. Posso fazer o que sempre quis: transmitir e replicar meu conhecimento, ensinar o que sei.

A editora tem como um de seus focos a publicação da produção acadêmica, intelectual e de congressos. Hoje, me dedico integralmente ao trabalho de aprimoramento e ensino. Deixei a prática da auditoria de lado, mas não a essência. Essa eu jamais vou perder. Ao contrário, ela é cada dia mais aprimorada por meio do ensino e do aprendizado, porque aprendo muito ensinando.

O senhor integra o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Como o senhor avalia o crescimento do Brasil?

O Brasil vive uma situação muito favorável, uma convergência de fatores que criou um cenário ideal para investimentos. É a primeira vez na história que a nação convive, ao mesmo tempo, com democracia, crescimento econômico e inflação controlada. Esse conjunto de aspectos positivos predispõe o investidor a confiar no País e aplicar seu dinheiro aqui. Ano a ano, cresce o volume de investimento direto estrangeiro em novas empresas e empreendimentos.

Recentemente, o País incorporou mais de 40 milhões de brasileiros ao

mercado consumidor. Em paralelo a isso, a economia europeia vive uma crise. O resultado é que os capitais olham o Brasil com outros olhos. E esse é um dos motores do nosso crescimento.

Infelizmente, ao mesmo tempo, a iniciativa privada precisa correr com freio de mão puxado, por conta da alta carga tributária, que ainda inibe o crescimento. Mesmo com esse problema, podemos em breve ultrapassar a França na disputa pela quinta colocação entre as maiores economias do mundo porque eles registram taxa de crescimento muito baixa, quase nula. O Brasil está em grande vantagem. ✓

“Deixei a prática da auditoria de lado, mas não a essência. Essa eu jamais vou perder. Ao contrário, ela é cada dia mais aprimorada por meio do ensino e do aprendizado”



O Brasil na vanguarda da agenda verde

A busca pela sustentabilidade extrapola a agenda dos ambientalistas e invade o cotidiano das empresas

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992 – conhecida como Rio 92 – é vista, ainda hoje, como um marco nas discussões sobre sustentabilidade. Duas décadas depois, o Brasil volta a sediar o principal encontro global sobre desenvolvimento sustentável, agora batizado de Rio + 20. Entre os dois eventos, muita coisa mudou no País. A começar pelo grau de conscientização da sociedade para temas como mudanças climáticas, aquecimento global e preservação dos recursos naturais.

O mundo corporativo acompanhou os novos tempos. Não por modismo, mas porque a responsabilidade ambiental é uma forma muito eficaz de se criar valor econômico e garantir longevidade aos negócios. Nesta reportagem especial, *Transparência Ibracon* ouviu a opinião de representantes de diversos segmentos, do terceiro setor ao governo, passando por executivos de grandes empresas. O consenso é que a iniciativa privada brasileira já entendeu que sustentabilidade e competitividade devem caminhar juntas.



RIO+20
Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável





Pautar ações voltadas à sustentabilidade – desde as mais simples, como fechar a torneira enquanto se escova os dentes até, no caso de uma empresa, investir milhões para reduzir o consumo de água numa linha de produção – deixou de ser uma decisão ou atitude meramente de quem tem preocupações com o meio ambiente. Adotar práticas do gênero, especialmente no caso das empresas, tornou-se uma forma muito eficaz para se criar valor econômico e garantir

longevidade aos negócios.

Um estudo da KPMG International comprova essa nova realidade em números. O levantamento mostra que os custos ambientais de 11 setores considerados “chave” dentro da indústria mundial subiram 50% entre 2002 e 2010 – saltando de US\$ 566 bilhões para US\$ 846 bilhões em apenas oito anos. Esses custos tendem a dobrar a cada 14 anos. E, na maioria dos casos, não figuram de forma explícita nos balanços contábeis das companhias, pela dificuldade de serem mensurados.

Mas, afinal, que custos são esses? Em grande parte, eles têm origem nos efeitos causados pela mudança climática, que pode provocar volatilidade no fornecimento de energia, combustíveis, água e de outros recursos essenciais para o funcionamento das empresas e, consequentemente, da economia mundial.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Rio + 20, mostra que são muitas as preocupações em debate para incentivar a economia verde e assegurar recursos financeiros para que países pobres possam aderir à agenda de práticas sustentáveis já adotadas por nações desenvolvidas, como as da Europa.

“É bom lembrar que o Brasil, entre os emergentes, pode ser considerado um país de vanguarda nesse tema”, afirma Jorge Soto, diretor de Sustentabilidade da Braskem e integrante do comitê empresarial que participa das discussões sobre economia verde na Organização das Nações Unidas. Ele compara o País com os Estados Unidos, onde as iniciativas na área de sustentabilidade das empresas se resumem a cumprir o que exige a legislação norte-americana. “No Brasil, pela nossa realidade econômica e social, as coisas



Empresas brasileiras são mais avançadas que as norte-americanas na adoção de práticas sustentáveis



Jorge Soto

caminham independentemente do governo."

O fato é que vivemos em um mundo com recursos limitados. O rápido crescimento de mercados em desenvolvimento, as mudanças climáticas e as questões de segurança energética e água estão entre as forças que exercerão enorme pressão sobre os negócios e a sociedade nos próximos anos. A percepção é de que, sozinhos, os governos – em especial dos países mais pobres e, talvez, até das nações ricas, tendo em conta a grave crise econômica que assola boa parte das economias da Europa – não conseguirão enfrentar esses desafios sem ajuda do capital privado.

Nesse cenário, as empresas precisam assumir um papel de liderança no desenvolvimento de soluções que ajudarão a criar um futuro mais sustentável. Muitas ações já estão sendo pensadas – e até executadas – para se atingir esse objetivo. A presença empresarial maciça na Rio + 20 é um exemplo

dessa nova realidade. "As empresas já incorporaram a sustentabilidade em seus modelos de negócios", comenta Silneiton Favero, coordenador do Programa de Sustentabilidade Global do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

"Sustentabilidade e competitividade caminham juntas hoje em dia e não podem mais ser dissociadas", diz Monica Messemberg, diretora de Relações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entidade que realizou pesquisa ampla e preparou um projeto detalhado para mostrar ao mundo, durante a Rio + 20, como o Brasil e as empresas brasileiras estão à frente na busca por integrar ganhos de produção com respeito ao meio ambiente.

Brasil à frente

O Brasil, ao contrário de emergentes

com os quais costuma ser comparado, como China e Índia, é considerado um país de vanguarda quando o assunto é sustentabilidade. A primeira edição da Conferência da ONU para o Meio Ambiente, há 20 anos, é bom lembrar, aconteceu aqui, ainda durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

A Rio 92 (ou Eco 92, como alguns a preferem chamar) foi um marco que delineou os primeiros textos que produziram o que depois virou o Protocolo de Kyoto, no qual diversos países firmaram compromissos para a redução de gases que provocam o efeito estufa e destroem a camada de ozônio. Mais importante ainda foi fixar metas para a adoção de outras práticas voltadas à consolidação de uma economia mais sustentável.

Apesar de todas as críticas que se fazem aos índices de devastação da floresta amazônica, o Brasil ainda conta com uma floresta de porte, mesmo tendo já passado por um

processo de forte industrialização – na Europa e nos Estados Unidos, boa parte da área verde não resistiu à Revolução Industrial, explica Jorge Soto, da Braskem. “As empresas brasileiras, hoje, são mais avançadas na adoção de práticas sustentáveis do que as americanas”, compara Soto.

E não é só isso. O Brasil é vanguarda no uso e no desenvolvimento de energia limpa. A matriz energética do País, composta em quase 75%

por hidrelétricas, é uma das menos poluentes do planeta. E está se diversificando. Nos últimos três anos, a participação de fontes alternativas, como eólica e solar, tem crescido na matriz. A cana-de-açúcar, que tornou o País exemplo na produção de combustível verde, agora vem sendo utilizada para produzir também energia elétrica.

Um estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

mostra que os resíduos secos do cultivo da cana no País têm potencial para geração de energia maior do que a capacidade instalada da usina hidrelétrica de Itaipu. O levantamento foi feito com base em números do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que mostra que a queima do bagaço para a geração de energia elétrica poderia produzir mais de 16 mil megawatts por ano – e Itaipu gera 14 mil megawatts.

Responsabilidade dentro de casa

O problema é que, sem planejamento estratégico, os riscos se multiplicarão e serão perdidas oportunidades. As corporações estão reconhecendo que há valor e oportunidade na responsabilidade ambiental – que vai além dos resultados do próximo trimestre. E que o que é bom para as pessoas e para o planeta também pode ser bom para os negócios e para os acionistas.

Foi pensando nisso que a BM&FBovespa começou a desenvolver uma plataforma que vai reunir, num único local no seu website, as informações sobre sustentabilidade das empresas listadas na Bolsa. “A intenção não foi criar uma metodologia para prestação de contas ou desenvolver regras. É apenas uma iniciativa para ampliar a transparência”, diz Sonia Consiglio Favaretto, diretora de



Sonia Consiglio Favaretto

Sustentabilidade da BM&FBovespa.

Com esse serviço, a partir de agora, um investidor terá as informações sobre a atuação das empresas na área

de sustentabilidade nas quais ele se interessa reunidas em um único local. Mas essas informações ainda não serão padronizadas. Ou seja,

Ibracon integra órgão que delibera sobre sustentabilidade no mercado de capitais

as empresas fornecem seus dados seguindo regras diferentes, de acordo com diferentes estruturas conceituais existentes para apresentação dessas informações, o que muitas vezes dificulta comparações, por exemplo.

Pensando em colaborar com essa meta de ampliar o acesso às informações, o Ibracon, representado pelo presidente da Diretoria Nacional, Eduardo Pocetti, passou a fazer parte do Conselho Deliberativo do Índice de Sustentabilidade (Cise), órgão máximo de deliberação sobre os assuntos relativos ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, a convite de Sonia Consiglio Favaretto.

O Conselho tem 11 integrantes



Eduardo Pocetti



Claudio Longo

que representam instituições de diferentes setores da sociedade civil e do governo para discutir temas como desenvolvimento sustentável, mercado de capitais, meio ambiente, governança corporativa, investimento social privado e cumprimento de regras de *compliance* – o que, no caso dos relatórios de sustentabilidade, ainda não conta com padronização específica.

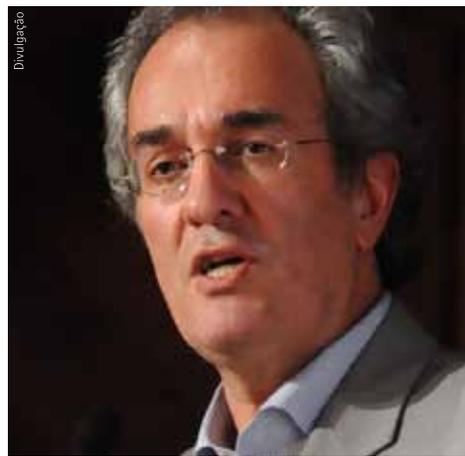
Existem várias estruturas conceituais para apresentação, pelas empresas, desse tipo de informação no mundo e, quando uma companhia precisa que suas informações sociais sejam auditadas, a checagem delas fica bastante complexa, pois também não existe uma norma que seja única e observada por todos os auditores independentes.

“Não há uma norma específica que estabeleça os procedimentos de auditoria a serem aplicados e que padronize os relatórios a serem emitidos pelos auditores independentes sobre as informações

de sustentabilidade apresentadas pelas empresas. O compromisso brasileiro é editar as normas da Federação Internacional dos Contadores (Ifac)”, explica Claudio Longo, coordenador do Comitê de Normas de Auditoria (CNA) do Ibracon.

Por isso, o Ibracon tem um grupo de trabalho dedicado a discutir e elaborar uma normativa de orientação técnica para os auditores independentes, para que se consiga certa uniformização tanto nos procedimentos aplicados como na forma de relatar o resultado alcançado na análise dessas informações de sustentabilidade fornecidas pelas empresas, enquanto a Ifac analisa o tema globalmente.

No cenário global, o tema envolve até o príncipe Charles, do Reino Unido, que coordena o Comitê Internacional para Relatórios Integrados (International Integrated Reporting Committee – IIRC), que conta com a participação de Nelson Carvalho, diretor de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas



Jorge Abrahão

Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e os principais executivos das firmas globais de auditoria. O IIRC é uma iniciativa da Global Reporting Initiative (GRI) e da Accounting for Sustainability (A4S). O Comitê tem como finalidade contribuir com o desenvolvimento de informações mais abrangentes e compreensíveis sobre o desempenho total de uma organização, tanto prospectiva quanto retrospectivamente para atender às demandas de um modelo econômico emergente e mais sustentável.

Segundo Longo, no Brasil, enquanto não se tem uma norma específica

sobre o tema sustentabilidade, os auditores independentes devem utilizar a norma NBC TO 3000, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). "Ela não está direcionada especificamente ao tema, mas permite diminuir a subjetividade". Por sua vez, "as orientações do Ibracon na aplicação dessa norma permitem atingir o objetivo de maior uniformidade nas informações e nos relatórios conclusivos dos auditores sobre essas informações".

Sonia Favaretto diz que, em um primeiro momento, é importante que as empresas façam relatórios de sustentabilidade para que as pessoas se acostumem com o tema e com a importância dessas ações. "Mas, no futuro, o ideal seria que a responsabilidade ambiental fizesse parte do balanço anual da empresa, como item obrigatório e não como uma informação à parte", comenta. Claudio Longo não só concorda com a ideia como enfatiza que esse é, provavelmente, um dos objetivos do Comitê liderado pelo príncipe Charles.

Para Jorge Abrahão, presidente do Instituto Ethos, tornou-se inevitável o engajamento das empresas em temas como esses. Segundo ele, trata-se não apenas de uma questão de responsabilidade social ou ambiental, mas, principalmente, de uma estratégia para os grupos que têm visão de longo prazo.

"E essa visão vai além do que chamamos de economia de baixo carbono. O modelo de exploração ilimitada dos recursos do planeta já se mostrou incapaz de atender a todas as necessidades da humanidade", conclui.



Desperdício e lixões

Apesar dos avanços brasileiros na área ambiental – em especial com apoio da iniciativa privada – ainda há muito a ser feito, particularmente por parte do setor público. Estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a coleta seletiva de lixo chega a apenas 18% dos municípios brasileiros. E isso após dois anos de implantação da chamada Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010. Nas cidades onde o programa foi implantado, a quantidade de materiais recuperados ainda é pequena se comparada com o total coletado.

“A coleta seletiva ainda é incipiente e está concentrada nas regiões ricas”, explica Jorge Hargrave, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, lembrando que, até 2014, o Brasil ainda precisará eliminar 2.906 lixões, instalados em 2.810 municípios do País, segundo prevê o próprio PNRS. O Programa obriga, por força de lei, que as prefeituras substituam os lixões por aterros sanitários e cria metas para a implantação de projetos de coleta seletiva.

De acordo com o Ipea, o Brasil produz cerca de 74 mil toneladas de resíduos sólidos a cada dia, que vão parar nos lixões. “Os prazos são apertados e dificilmente serão cumpridos, em especial por municípios muito pequenos”, comenta Hargrave, lembrando que, sem apoio de políticas públicas, a gestão de resíduos continuará sendo um gargalo dos mais incômodos. ✓



Sociedade cobra *due diligence* de fornecedores



Demanda por sustentabilidade ambiental e social acende sinal de alerta em relação à cadeia de valor das companhias

Sempre que um elo da cadeia global muda, os demais mudam junto, voluntária ou involuntariamente. A globalização econômica determinou uma intensa integração das sociedades ao redor do mundo. A internet se encarregou de espalhar novos conceitos e paradigmas, ao facilitar o acesso dos povos a um gigantesco volume de informações. Agora, o poder viral das mídias sociais aprofunda essas transformações, ao dar um instrumento de pressão aos indivíduos.

Durante muito tempo, a ética, as preocupações ambientais e a responsabilidade social foram apresentadas como um diferencial de algumas empresas. Hoje – e cada dia mais – esses atributos deixam de ser “diferenciais” e se tornam “essenciais” para a governança corporativa, tanto porque preservam a boa imagem das companhias como porque são boas práticas que ajudam a evitar riscos à continuidade do negócio. É neste panorama que a auditoria da cadeia de suprimentos das corporações sobe gradativamente na agenda de preocupações dos executivos. A palavra de ordem é evitar que a imagem e a credibilidade da marca sejam manchadas por denúncias envolvendo qualquer elo da rede de fornecedores.

“No contexto de um mundo empresarial e de uma sociedade civil com a atenção cada vez mais voltada para temas como sustentabilidade, ética e governança

corporativa, torna-se primordial que as organizações passem a gerir os riscos de seus negócios de forma estruturada. É onde entra a auditoria da cadeia de fornecedores, um cuidado que ganha cada dia mais adeptos”, explica Idésio da Silva Coelho Júnior, diretor técnico do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Denúncias de envolvimento em práticas condenáveis colocam em risco a reputação das empresas

“A auditoria de fornecedores é um procedimento que vem ganhando relevância gradativamente nos últimos anos. Trata-se de mais uma ferramenta de governança disponível aos administradores, que, sendo bem utilizada, traz resultados positivos para diversos componentes de uma entidade”, acrescenta Silvio Takahashi, coordenador do Comitê de Normas Contábeis do Ibracon.

Os riscos de associação e de imagem com eventos negativos podem gerar impactos de diversas magnitudes. Casos recentes ou mais antigos, amplamente divulgados



Idésio da Silva Coelho Júnior

Preocupações foram intensificadas pela crise de 2008 e deram origem à ISO 31000

pela mídia, afetaram grandes corporações, ao envolver suas marcas com denúncias de exploração de trabalho infantil ou condições inadequadas de trabalho em linhas produtivas. "Essas associações podem fazer com que a participação de mercado, a cotação das ações ou a rentabilidade sejam prejudicadas. E podem acarretar também danos eventualmente irreversíveis em um intangível vital para a sobrevivência de uma entidade: a sua reputação", adverte Idésio Coelho.

Caminho seguro para evitar riscos aos negócios

Historicamente, no final da década de 1980, a certificação de uma entidade com o selo da norma ISO 9000, de gestão da qualidade, era um

forte apelo de vendas e quase um pré-requisito para que fornecedores fossem contratados pelas grandes corporações, preocupadas na época com a melhoria na qualidade da execução de seus processos.

A partir de meados da década de 1990, boa parte da cadeia produtiva já atendia às normas de qualidade. Cresceu, então, a preocupação com o impacto das entidades sobre o meio ambiente, desencadeado pela Rio 92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro. "Foi emitida a ISO 14001, de gestão ambiental, que contém diretrizes para o gerenciamento do risco ambiental", lembra Silvio Takahashi.

Essa evolução histórica foi acelerada pela crise de crédito de

2008: em 2009, a International Standards Organization emitiu a norma ISO 31000. "Essa norma visa à gestão de riscos das companhias, uma



Silvio Takahashi

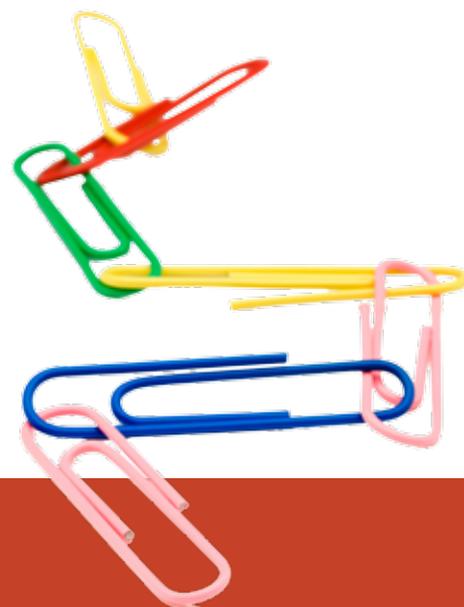
vez que muitos advogam que a citada crise foi gerada por uma governança corporativa inadequada. Fortalece-se, assim, o conceito de auditoria de fornecedores ou 'auditoria de segunda parte', que tem como finalidade auxiliar a entidade a definir seus parceiros de negócio, minimizando riscos de associação e de imagem", complementa Idésio Coelho.

Os dois especialistas do Ibracon explicam que, por meio da auditoria de fornecedores, uma entidade pode medir diversos parâmetros junto a seus parceiros, envolvendo não só indicadores de qualidade, mas também questões de segurança de produtos, confidencialidade de informações

e temas voltados às questões socioambientais, tais como condições impostas de trabalho, segurança ocupacional ou impacto em áreas de preservação ambiental.

No entanto, se, por um lado, a execução das auditorias de fornecedores contribui para o fortalecimento da imagem institucional das entidades, não se pode esquecer que a sociedade avalia também quais ações práticas são tomadas para se resolver os problemas levantados no processo de auditoria. Um monitoramento constante para que as devidas ações sejam executadas no momento oportuno é necessário para que todos os benefícios potenciais de uma auditoria de fornecedores sejam obtidos.

Procedimento ajuda companhias a definir seus parceiros de negócios



Como uma auditoria de fornecedores é executada

O processo de execução de uma auditoria de fornecedores envolve, como em qualquer processo de auditoria, o cumprimento de etapas de programa de trabalho que atendam às necessidades identificadas pela entidade contratante do serviço.

A auditoria de fornecedores pode ser conduzida pelo departamento de auditoria interna da companhia, mas muitas organizações optam pela contratação de firmas especializadas, com o intuito de agregar maior transparência ao processo.

"Independente de quem executa o trabalho, uma vez identificados os indicadores relevantes para cada organização e concluídos os procedimentos de auditoria, as companhias sempre se beneficiam do processo de auditoria da cadeia de fornecedores", assegura Silvio Takahashi.

Alguns exemplos desses benefícios são:

- Melhor gestão da cadeia produtiva;

- Identificação de deficiências e oportunidades de melhoria no fornecedor, alavancando os resultados financeiros do cliente contratante e do fornecedor;
- Monitoramento da confidencialidade das informações trocadas entre contratante e contratado;
- Maior confiança para transmissão de *know-how* e tecnologia entre as duas partes;
- Redução de custos de acompanhamento dos fornecedores.

"Igualmente importante quanto aos benefícios citados, o processo de auditoria de fornecedores auxilia a entidade na disseminação de seus valores junto aos seus parceiros. E isso contribui para a melhoria de seus indicadores de sustentabilidade decorrentes da potencial melhoria do meio ambiente em que a entidade está inserida", conclui Idésio Coelho.

Organizações do terceiro setor estão particularmente atentas aos gigantes globais



Em nome da transparência

A sustentabilidade é um tema recorrente e, atualmente, faz parte da agenda dos conselhos de administração e da alta gerência de diversas organizações. Mobilizar esforços e recursos para elevar os índices de sustentabilidade é um desafio contínuo para os tomadores de decisão. Neste contexto, a auditoria de fornecedores se configura como mais um elemento agregador nesse processo de melhoria de indicadores.

Um exemplo recente dessa prática de auditoria em fornecedores conquistou ampla divulgação no início do ano, envolvendo um gigante da indústria de artigos eletrônicos. A companhia informou ter efetuado 229 auditorias em fornecedores em 2011, cobrindo

toda a sua cadeia, desde a fabricação de componentes até a montagem final dos produtos. E foi além: pela primeira vez a corporação divulgou a lista de seus principais parceiros e, em nome da transparência, revelou também os problemas encontrados pela auditoria.

"No relatório divulgado publicamente, a companhia enfatizou que essa política a posiciona em um nível singular de transparência e fiscalização. A estratégia adotada contribui notadamente para fortalecer a marca e a percepção de sua responsabilidade social perante o mercado", explica Takahashi.

Outro episódio que ganhou notoriedade foi a campanha feita pelo Greenpeace em nome da preservação

da fauna e da flora das florestas da Indonésia, que atingiu em cheio um grande fabricante de brinquedos. A partir da investigação que fez na cadeia de valor da corporação, o Greenpeace afirmou ter descoberto o uso de madeira das florestas indonésias na matéria-prima das embalagens. A redução da área de vegetação nativa compromete o habitat de animais em risco de extinção, como orangotangos, tigres e elefantes.

ONU cobra proteção dos direitos humanos

Em junho do ano passado, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas



(ONU) aprovou os princípios globais orientadores para empresas visando a assegurar a não violação dos direitos humanos em todas as etapas dos negócios. Os Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos descrevem como os Estados e as empresas devem implementar a política de "Proteger, Respeitar, Reparar".

A estrutura é baseada em três pilares: o dever do Estado de combater os abusos de direitos humanos por parte de terceiros, incluindo empresas, por meio de políticas, regulamentos e julgamentos; a responsabilidade corporativa de respeitar os direitos humanos, o que significa evitar infringir os direitos dos outros e abordar os impactos adversos que podem vir a ocorrer; e o maior acesso das vítimas a recursos efetivos, judiciais ou não.

Essas diretrizes já começam a levar algumas empresas a realizar

auditorias abrangentes de direitos humanos em todas as operações, principalmente as que envolvem países historicamente marcados por trabalho escravo ou exploração do trabalho infantil.

Minerais de sangue

Outro exemplo de que aumenta cada dia mais a pressão sobre as companhias para que olhem com atenção seus fornecedores é a campanha da ONG Global Witness contra os "minerais de sangue". Para quem se lembrou do filme *Diamante de Sangue*, com o ator Leonardo Di Caprio, uma atualização: a luta da Global Witness se refere a outros minerais, não tão nobres como os diamantes, mas muitos raros e valorizados pela indústria de componentes

eletrônicos, como a cassiterita, o tungstênio e o molibdênio.

Conhecidos também como "minerais de conflito", eles são usados por grupos armados para financiar a violência e a insurreição, em particular na República Democrática do Congo. Esse comércio alimenta uma luta que já dura dez anos e matou centenas de milhares de pessoas.

O site da Global Witness afirma que esses minerais do Congo são "lavados" na cadeia de abastecimento global de exportadores, antes de serem transformados em metais refinados que suprem as grandes marcas internacionais de eletrônicos, como celulares, computadores e tablets. "Algumas das marcas mais famosas do mundo estão sob escrutínio para que definam seu papel neste tipo de comércio devastador", garante a Global Witness.

Segundo a ONG, as empresas que utilizam estes minerais em seus produtos devem realizar *due diligence* para estabelecer se têm origem no Congo ou em outros países dos muitos que vivem em conflito naquela região do mundo. ✓



Novos rumos da energia elétrica

O Brasil salta de uma crise iminente de oferta para um excedente recorde e começa a experimentar mudanças significativas nas fontes que compõem sua matriz energética

Uma década após o problemático “apagão”, que levou o País inteiro a economizar energia em um esforço conjunto para driblar a falta de planejamento do Governo Federal, o que parecia um sonho para o setor elétrico brasileiro se tornou realidade: sobra energia. O crescimento econômico menor que o esperado e a entrada em cena de novas fontes de energia mitigaram a crise, deixando parte das distribuidoras sobrecontratadas. Com isso, menos energia deve ser contratada nos leilões que acontecem regularmente e que foram adiados para dar tempo às concessionárias de revisar seu planejamento.

O excesso de oferta nas mãos das distribuidoras pode chegar em média a 960 MW, nas contas realizadas pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee). De acordo com levantamento da entidade, que reúne as principais distribuidoras brasileiras, 27 concessionárias estariam com mais de 103% da demanda contratada – limite acima do qual o custo não pode ser repassado para a tarifa. Em alguns casos, a cifra chega a 120%.

O principal motivo para a sobra é o crescimento econômico brasileiro estar abaixo do esperado. A expectativa no Plano Decenal de Expansão de Energia

(PDE 2020) era de um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5% ao ano. No ano passado, porém, o crescimento foi de 2,7%, e a previsão do mercado é de que o País cresça menos de 4% este ano.

As distribuidoras culpam ainda a perda de clientes para o mercado de fontes incentivadas – com carga entre 500 kW (kilowatts) e 3 MW, que podem comprar energia de eólicas, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e de usinas de biomassa. Mesmo com a saída desses clientes, as empresas precisam pagar pela energia que não está mais sendo vendida para os ex-consumidores, porque ela já estava contratada. O fato é que a expansão da geração está diretamente relacionada ao desempenho da economia. E, sem uma retomada do crescimento nos próximos meses, os volumes deverão ser adequados à nova realidade, menos otimista.

País já tem 77% da energia necessária para suprir a demanda elétrica até 2020

Para piorar a situação, a expressiva ampliação da matriz elétrica – principalmente por conta do maior uso das fontes de energia renováveis – ocorrida nos últimos



anos criou folgas no planejamento energético. Só para este ano está prevista a entrada em operação de 6 GW, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – um recorde. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), já está assegurada 77% da oferta necessária para atender à demanda elétrica do país até o ano de 2020. Dados da entidade indicam que a expansão média anual das chamadas fontes alternativas de energia tem sido de cerca de 12%, com destaque para as usinas eólicas, a biomassa de bagaço de cana-de-açúcar e as PCHs. As regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil mantêm a maior participação dessas fontes na matriz, conforme estudo da EPE.

Com ou sem essas novas fontes,

o fato é que o Brasil permanece com uma matriz de geração elétrica predominantemente renovável. Já a produção de eletricidade a partir da fonte eólica vem crescendo ano a ano e alcançou 2.176,6 GWh (Gigawatts por hora) em 2010. Isso representava um aumento de 75,8% em relação ao ano anterior, segundo o Balanço Energético Nacional 2011, publicado pela EPE. Segundo o Banco de Informações da Geração (BIG), da Aneel, o complexo eólico nacional alcançou 928 MW ao final de 2010, em decorrência da inauguração de 14 novos parques de geração.

Em 2010, a estrutura da oferta interna de eletricidade no Brasil estava dividida da seguinte forma: 74% de energia hidráulica; 6,8% de gás natural; 6,5% de importação; 4,7% de biomassa; 3,6% de derivados de petróleo; 2,7% de energia nuclear; 1,3% de carvão e derivados e 0,4% de eólica.

Eólica é a alternativa mais forte



O ano de 2012 foi eleito pelas Nações Unidas como o Ano da Energia Sustentável. O Brasil está em total sintonia com esse direcionamento, por conta da força da energia hidráulica, mas, também, pelo destaque que os parques eólicos vêm ganhando.

Desde 2010, os principais grupos estrangeiros que atuam no setor vêm se instalando no Brasil, em grande medida por conta da crise na Europa e Estados Unidos. A meta do Governo Federal é elevar de 0,4% para 2,3% a fatia das eólicas na matriz energética até o final deste ano.

Parece pouco, mas é um grande avanço, levando-se em conta que a energia eólica começou a ser utilizada no País apenas em 2004. A perspectiva do Ministério de Minas e Energia (MME) é de que, até 2020, a fonte responda por 6,7% do total de energia produzido.

De acordo com a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Melo, os subsídios oferecidos pelo Governo Federal por meio do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) foram o pontapé inicial que os grandes *players* internacionais necessitavam para entrar no mercado brasileiro.

Mas essa fonte só se tornou realmente competitiva em 2009, quando passou a integrar o Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio dos leilões de energia, mas sem a necessidade de subsídios. Para se ter uma ideia da evolução da competitividade da energia eólica, observe-se que, em 2006, ela era contratada ao preço médio de R\$ 316 o MW/h. Três anos depois, o preço médio caíra para R\$ 145



Elbia Melo

o MW/h, em média. E, em 2011, alcançaria o patamar extremamente competitivo de R\$ 100 o MW/h.

"Era realmente uma energia considerada cara no princípio, mas, com a crise financeira no exterior, as empresas voltaram seus olhos para o Brasil. Os custos de equipamentos diminuíram muito e, hoje, o preço da energia eólica no Brasil é o mais baixo do planeta", afirma Elbia.

Atualmente existem cerca de 5.300 MW em projetos eólicos autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Elbia acredita que a instalação, nos próximos anos, de cerca de 7 GW de potência nova já contratada, aumente ainda mais o interesse de fabricantes de empresas estrangeiras do setor em investir no Brasil. "Em uma década, poderemos ser o principal mercado de energia eólica

Brasil apresenta condições privilegiadas de ventos, o que ajuda a atrair investidores estrangeiros

da América Latina, com cerca de 30 GW de capacidade instalada", diz.

Em abril deste ano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 389 milhões para a construção de mais cinco parques eólicos na região Nordeste: quatro no Rio Grande do Norte e um na Bahia. Os projetos foram vencedores do Leilão de Fontes Alternativas de 2010 e integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo o BNDES, os investimentos do País em energia eólica atingiram, no ano passado, R\$ 5,1 bilhões. Para aprovar um financiamento, o BNDES

exige que 60% dos equipamentos sejam fabricados no Brasil. "A energia eólica, além das vantagens ambientais, tem sido responsável pelo desenvolvimento de um novo segmento da indústria de bens de capital no Brasil", diz Elbia Melo.

Atualmente existem sete fábricas instaladas no País, entre elas, duas genuinamente nacionais: WEG e Tecsis.

Para a presidente da Abeólica, o País tem uma grande vantagem competitiva nessa área. "A qualidade dos ventos por aqui é muito superior à da maioria dos outros países. São ventos muito fortes e constantes, com poucas rajadas", conclui Elbia.

Hidrelétricas dominam o mercado

Mesmo que fontes como energia eólica ou solar ganhem cada vez mais espaço, a vocação nacional está na força da água

Outras fontes de energia podem ganhar espaço na matriz energética nacional, mas o modelo brasileiro de geração de energia é amplamente voltado para as hidrelétricas e essa é a vocação natural do País.

"Ainda temos um potencial não explorado de mais 270 mil MW, na região amazônica. Essa é a fonte mais sustentável que o Brasil tem", diz o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nivalde de Castro.

Castro avalia que, além da energia eólica, a energia solar também deverá apresentar uma trajetória de queda de preços. "A energia solar tem vantagens sobre a eólica, como a maior possibilidade de viabilizar a microgeração. A Aneel tem incentivado a micro e a minigeração de energia solar, nas residências ou no pequeno comércio. Isso deve potencializar o uso de equipamentos solares no País", acredita, observando que já foram cadastrados 18 projetos desse tipo para a captação de R\$ 400

milhões em investimentos.

O coordenador do Grupo Executivo ressalta que a China tem se destacado na geração de energia solar e deverá se tornar um grande investidor no Brasil.

Com relação à biomassa – que é gerada pelo processamento do bagaço da cana-de-açúcar – o professor destaca que a crise do etanol tem afetado diretamente o desenvolvimento dessa fonte. "Os canaviais têm registrado uma produtividade muito baixa e, se não há produção de cana, não existe bagaço para ser processado em energia", diz. Mesmo assim, o coordenador do Gesel-UFRJ aposta que, até 2020, o Brasil deverá ter mais 2 mil MW de energia gerada por meio da biomassa.



Nivalde de Castro

GT do Ibracon participa dos debates do setor de energia



Lara Pasian

Como será o processo de renovação dos contratos de concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia, que vencem a partir de 2015? Esta é uma das discussões que envolvem o mercado – Governo Federal, indústria de energia e de concessões, legisladores, Tribunal de Contas da União, investidores e reguladores. O GT de Energia do Ibracon também participa do debate. “O GT atuará na análise dos impactos nas demonstrações contábeis das empresas de energia após o Governo editar a nova legislação sobre o assunto”, explica Lara Pasian, coordenadora do grupo de trabalho.

O objetivo principal do GT é contribuir para a comunidade contábil e dos auditores uniformizando o entendimento da atividade e os reflexos contábeis nas

demonstrações contábeis do setor. “Como a indústria de energia é uma atividade regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a maioria das empresas do setor tem capital aberto, sendo portanto subordinadas às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), há necessidade de entendimento desse negócio, que engloba os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização, bem como das novas normas específicas para essa atividade, expedidas pelo CPC”, completa Lara Pasian.

O entendimento inclui o estudo dos marcos regulatórios de cada segmento, do mecanismo de tarifa (transmissão e distribuição) e de preço (geração) e, ainda, das regras de comercialização no ambiente regulado e livre. “O aprimoramento dos marcos regulatórios

e das regras de comercialização é um processo constante, que exige atualização permanente dos auditores, para que analisem os impactos contábeis nas demonstrações contábeis, além dos reflexos de divulgação nos relatórios”, diz a coordenadora do GT.

Segundo ela, o processo de convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade e de auditoria trouxe mudanças importantes ao setor. A mais significativa foi a edição da Interpretação ICPC 01 – Contratos de Concessão, complementada com a edição da Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão. “Na essência, essa é uma norma de reconhecimento de receita, que modificou o entendimento de como um contrato de concessão deve ser registrado nas demonstrações contábeis”, explica.

Atualmente, além da discussão de determinados assuntos técnicos para aprimoramento da aplicação dos CPCs e IFRSs – tais como a classificação do ativo financeiro de indenização e sua movimentação durante o exercício, impactos da alteração da vida útil dos ativos a partir de 2012 –, o GT prepara comunicados técnicos aos auditores para demandas específicas da Aneel: relatório de procedimentos previamente acordados sobre os ajustes entre a contabilidade societária e contabilidade regulatória (Resolução Aneel nº 396) e relatório de procedimentos previamente acordados sobre o Relatório de Controle Patrimonial – RCP (Resolução Aneel nº 367). ✓

Boas ideias, melhores negócios

Empresas instaladas em incubadoras apostam na inovação tecnológica e acumulam histórias de sucesso

As incubadoras de base tecnológica se tornaram nas últimas décadas o nascedouro de inúmeras empresas com ideias inovadoras, fundamentais para o crescimento e, principalmente, a sofisticação da economia brasileira. Para se ter uma noção do impacto desse fenômeno, o Brasil abriga 384 incubadoras de base tecnológica, de acordo com um estudo da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), com o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O levantamento *Estudo, Análise e Proposições sobre as Incubadoras de Empresas no Brasil* apontou que, em 2010, o faturamento das 2.640 empresas abrigadas em incubadoras foi superior a R\$ 530 milhões. Junto com mais 1.124 empresas associadas, as incubadoras foram responsáveis por quase 16,4 mil postos de trabalho, a grande maioria, altamente especializados. O estudo revela que 2.509 empresas graduadas – que iniciaram seus negócios nas incubadoras de base tecnológica, mas já conquistaram independência – tiveram faturamento superior a R\$ 4 bilhões ao ano e geravam quase 30 mil empregos diretos em 2010.

“Sem inovação tecnológica, o Brasil não consegue competir no cenário globalizado”, afirma Sylvio Goulart Rosa Jr., diretor-presidente do ParqTec, instituição que teve origem na primeira incubadora da América Latina, criada em 1984, em São Carlos, no interior paulista. Sylvio Rosa observa que as empresas que surgiram nas incubadoras muitas vezes não têm os consumidores



Sylvio Goulart Rosa Jr

finais como seus clientes. “Elas participam da modernização de outras empresas, alterando processos ou fornecendo equipamentos sofisticados para os mais variados segmentos. Mesmo sendo em um número pequeno ou apoiando empresas de médio e pequeno porte, o impacto das incubadoras na sociedade é muito grande”, observa.

Não por acaso, vários países depositam suas melhores expectativas na inovação tecnológica a partir das incubadoras.



São os casos da Itália, de certas regiões dos Estados Unidos, da Irlanda e de Israel.

A continuidade dos negócios é outra conquista importante dos empreendedores que passaram pelas incubadoras e já "desmamaram". Sylvio Rosa lembra que houve uma mudança muito grande após o Plano Real, em 1994. "A taxa de mortalidade era muito grande, sem falar em nossa falta de experiência. Isso mudou com os inúmeros programas de suporte às incubadoras e, possivelmente, com a chegada de candidatos mais preparados, com mestrado e doutorado", diz. No caso do ParqTec, três das quatro primeiras empresas incubadas continuam em operação.

Os dados mais recentes do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) mostram que 73% dos empreendimentos criados sobrevivem aos primeiros dois anos de atividade. No caso das empresas incubadas, este percentual é superior a 90%.

Um bom exemplo da vitalidade desses empreendimentos é a primeira empresa

de inovação tecnológica incubada no país. A Opto Eletrônica, criada em 1985 em São Carlos, transformou-se em referência internacional. Produz desde lentes para óculos até equipamentos para pesquisas aeroespaciais, passando por aparelhos utilizados por oftalmologistas no diagnóstico de doenças relacionadas à visão, como catarata e glaucoma.

Pesos-pesados de diferentes áreas de atuação nasceram em incubadoras

Foi na incubadora Gênese, da PUC-Rio, que nasceu, em 1998, a PipeWay Engenharia, responsável pela criação de ferramentas para a inspeção de dutos de óleo e gás, evitando acidentes, como vazamentos. A empresa saiu de uma sala de 30m² para uma área de 1,5 mil m² e hoje atende a clientes do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela. Também na área de petróleo e

gás, a Caiena – que nasceu na incubadora da UNESP/Rio Claro – já vendeu à Petrobras um *software* que identifica riscos de acidentes em poços de perfuração. "Além da carência de soluções tecnológicas que o segmento muitas vezes apresenta, de onde surgem as oportunidades, sempre tivemos a vontade de contribuir com a sociedade de uma forma mais direta", afirma Eduardo

Assis, diretor executivo da empresa.

Já a Bematech foi o primeiro empreendimento da Incubadora Tecnológica de Curitiba (PR), em 1989, e tornou-se famosa em todo o País por apresentar soluções de automatização para diversos tipos de negócios, especialmente varejistas. É hoje um peso-pesado na produção de impressoras, *softwares* e terminais de autoatendimento.

Inovações em todas as áreas



José Roberto Machado

Em Guarulhos, a incubadora mantida pela Agência de Desenvolvimento de Guarulhos (Agende) e pela Prefeitura, com apoio de entidades empresariais e universidades, abriga 30 empresas voltadas à inovação tecnológica. Segundo o coordenador José Roberto Machado, a "ideia é que, com esse diferencial tecnológico, as empresas consigam reverter o apoio recebido em ações que beneficiem a sociedade".

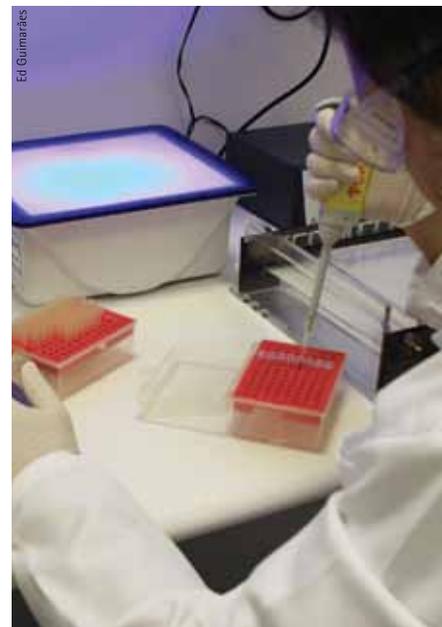
Em sete anos, a incubadora graduou 16 empresas, entre as quais a RF Tecnologia, que desenvolve sistemas de telefonia Voip e selou parceria com a GVT, operadora multinacional de telecomunicações. Entre as atuais incubadas, a MS Indústria e Comércio elabora produtos inovadores para a área médica. "Trabalhamos em conjunto com a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), da Escola Politécnica da USP, especialmente para atender a demandas do Hospital das Clínicas", conta Wallace Santim, sócio da empresa.

Uma das novidades, já patenteada no Brasil, é um clipe utilizado para

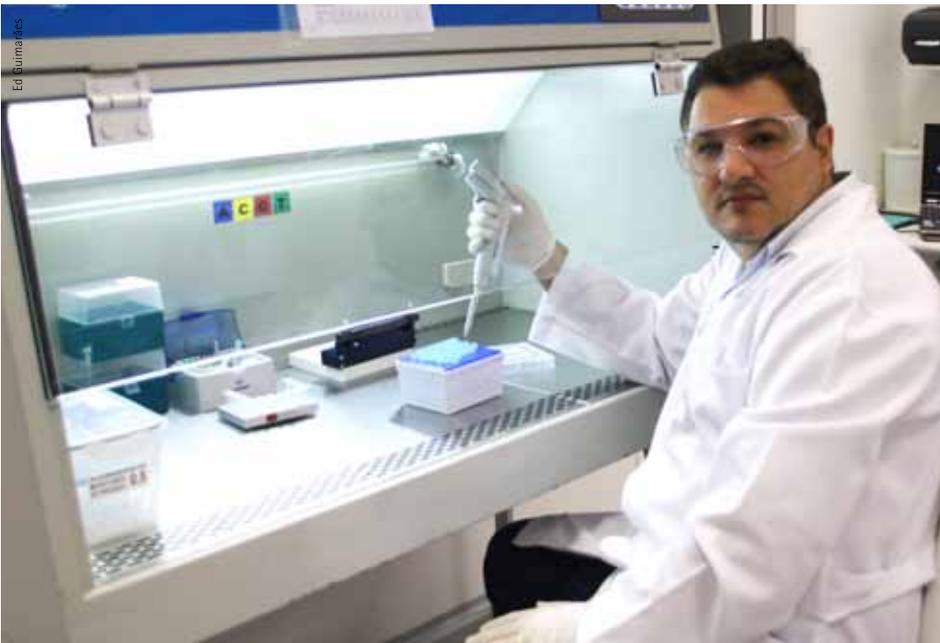
Agende já graduou 16 empresas em sete anos e tem mais 30 na incubadora de Guarulhos

suturas em cirurgias do estômago, que começará a ser testado em animais. Outro projeto é uma espécie de pistola para grampeamento utilizada em cirurgias de intestino. "O modelo importado é descartável e nós temos um sistema que exige o destaque apenas da ponta do equipamento, economizando 80% em custos", diz Santim.

A DNA Express Biotecnologia também está na Incubadora de Guarulhos e produz DNA sintético, *in vitro*. "Trata-se de um insumo utilizado em praticamente todos os testes de análises do DNA humano e que só agora começa a ser elaborado no Brasil", explica o biomédico João Marcos Machado Mercado, um dos sócios da empresa.



Wallace Santim



João Marcos Machado Mercado

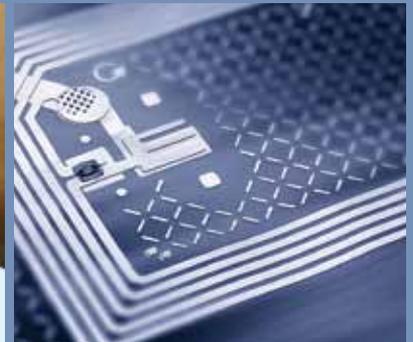
Muitas novidades não chegam ao comércio, mas modernizam processos no Hospital das Clínicas e nos laboratórios que testam DNA

Sucesso nos meios esportivos

A inovação tecnológica nascida em incubadoras de pequenas empresas já chega a todos os campos. "Trabalho com eventos esportivos há vários anos e nosso maior problema sempre foi encontrar serviços de cronometragem a preços justos para as competições de pequeno porte, já que todo o equipamento vinha de fora", conta Rômulo Balga, diretor da Theriontec Sistemas Inovadores, que funciona na incubadora da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais.

"Conseguimos montar um sistema 100% nacional, comprando todos os componentes de empresas brasileiras", festeja Balga. O sistema funciona por meio de radiofrequência e ondas magnéticas que identificam os atletas e transmitem os dados para um computador. A máquina calcula a velocidade média e faz a comparação entre todos os competidores. "O sistema já vai chegar ao mercado em dois idiomas – português e espanhol – para podermos trabalhar aqui e em toda a América Latina", esclarece Balga.

Criada em 2008, a Ambio Soluções Ambientais tem diversos projetos registrados na ONU e já prestou consultoria para o Banco Mundial e para grandes multinacionais, como Kimberly-



Clark (papel) e Louis Dreyfus (commodities). Incubada no projeto Gênesis, da PUC-Rio, a empresa oferece soluções para o controle de impactos ambientais e neutralização de carbono. "Em alguns setores da economia do Rio de Janeiro já há obrigatoriedade de as empresas inventariarem suas emissões de gases causadores do efeito estufa e São Paulo também está providenciando sua legislação. É um mercado que requer conhecimento técnico muito específico. O clima pode afetar a produção e distribuição de matéria-prima e até inviabilizar novas tecnologias, por serem muito poluentes", avalia Luis Filipe Kopp, sócio da empresa.

Parques tecnológicos atraem investimentos

Com o crescimento dos negócios incubados, surge uma nova preocupação, que é manter o apoio às empresas graduadas – aquelas que já ganharam independência e saíram das incubadoras –, não somente com recursos financeiros, mas, principalmente, na gestão dos negócios.

Em São Carlos, conhecida como a Capital da Tecnologia do Brasil, uma saída para esse problema foi a implementação da Escola de Negócios, destinada principalmente a atender às necessidades de empreendedores que, apesar de contarem com boa formação técnica para desenvolver produtos e serviços inovadores, têm pouca experiência na gestão das empresas.

A criação de parques tecnológicos foi outra solução para atrair investimentos e criar um habitat favorável aos negócios de base tecnológica. Em São Paulo, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia criou um amplo programa de incentivo aos parques tecnológicos e, em todo o estado, já existem 30 iniciativas do gênero. O Parque de São José dos Campos, por exemplo, prioriza empresas voltadas aos grandes polos industriais que funcionam na cidade, como o aeroespacial e o automobilístico.

Centros especializados oferecem melhores condições para sobrevivência das empresas que saem das incubadoras

"Os parques tecnológicos vieram reforçar esse processo de transformar conhecimento em negócio, mas agora dentro de outro cenário. Eles são um espaço para onde as empresas podem ir

depois de graduadas na incubadora", diz José Octávio Armani Paschoal, presidente do Instituto Inova, entidade gestora do Parque Eco Tecnológico Damha, em fase de implantação em São Carlos. Ele esteve à frente de outro empreendimento inovador, o Centro Cerâmico Brasileiro (CCB), que funciona em Santa Gertrudes e tem foco na agregação de valor para a indústria cerâmica.

Uma das empresas que deverão se instalar no Damha é a AGX, que produz *softwares* para VANTs (Veículos Aéreos Não Tripulados). Referência nacional nesse segmento, a AGX tem aviões operando na detecção de focos de incêndio, na identificação de campos de cultivo de maconha e também na inspeção de redes elétricas.

Estímulos oficiais

O sucesso das incubadoras de base tecnológica levou diversos atores sociais a abraçarem a ideia. Governos, universidades, grandes empresas e até pequenos empreendedores interessados em parcerias para crescer. Em São Paulo, seis profissionais liberais uniram-se para criar a Trampolim, uma incubadora privada

que funciona na zona Oeste da cidade.

Incubadoras e incubados também ganharam novas linhas de financiamento, a partir de processos rigorosos de análise.

A Finep – Financiadora de Estudos



José Octávio Armani Paschoal

e Projetos, empresa pública vinculada ao MCTI, é responsável pelo aporte de milhões de reais ao ano para propostas de inovação tecnológica e realiza concursos públicos para selecionar as iniciativas que serão contempladas com prêmios ou empréstimos. Para as empresas que estão entrando no mercado agora, o Prime – Programa Primeira Empresa é uma das melhores opções para a captação de recursos.

Quanto à legislação, a Anprotec inclui entre as suas atribuições a articulação de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo inovador. Neste sentido, também contribuem muito diversas leis aprovadas nos últimos anos. Entre elas, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa; a Lei de Informática; a Lei de Inovação Federal e Estadual, que incentiva a criação de ambientes propícios à inovação, a Lei do Microempreendedor Individual e a Lei do Bem, que prevê incentivos fiscais a empresas que desenvolvem novas tecnologias.

Trata-se de marcos regulatórios importantes, mas ainda existe espaço para avanços no incentivo à inovação tecnológica. ✓



Congresso de Contabilidade

Organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade em conjunto com os Conselhos Regionais, o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade acontece de 26 a 29 de agosto, em Belém, no Pará. O evento, cujo lema é "Contabilidade para o desenvolvimento sustentável", também terá uma Feira de Negócios. O Ibracon marcará presença com um estande.

Os organizadores do 19º Congresso esperam a participação de seis mil profissionais, que terão acesso a um grande número de palestras, inclusive do ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. Em paralelo ao Congresso, acontece a Feira de Negócios e Oportunidades da Área Contábil do Brasil, que promove intercâmbio de produtos e serviços. Para mais informações acesse www.congressocfc.org.br.

O Brasil no longo prazo

Reserve sua agenda: a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) realiza de 30 a 31 de agosto seu 22º Congresso, em São Paulo. O tema central do evento será O Brasil no Longo Prazo, tendo como foco a apresentação de matérias relevantes e adequadas à realidade atual e futura do mercado de capitais. Durante o Congresso, será apresentado o resultado do Concurso de Trabalhos Técnicos e haverá a premiação dos vencedores. Para mais informações acesse www.congressoapimec.com.br.

Pronunciamento do Codim

O Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (Codim) divulgou o Pronunciamento de Orientação nº 12 sobre Comunicação Eletrônica – E-mail. Os relatores do Pronunciamento foram Edison Garcia, representante da Associação de Investidores no Mercado de Capitais, e Helio Garcia, do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. O Pronunciamento aborda pontos como a formatação da mensagem; lista de distribuição; gerenciamento de dados; confidencialidade; entre outros temas que envolvem a produção, distribuição e acompanhamento do material. Mais informações em www.codim.org.br.

Mudanças no IBGC

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) elegeu os coordenadores do Capítulo Rio. São eles Aloísio Macário, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eliane Lustosa e Marcelo Viveiros de Moura. A coordenação geral é de Gouvêa Vieira.

Novo presidente

José Carlos Doherty foi eleito presidente do Comitê Consultivo de Autorreguladores da International Organization of Securities Commissions (Iosco). Doherty é superintendente de Supervisão de Mercados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). O Comitê é composto por mais de 60 autorreguladores de diversos países do mundo. A eleição do representante brasileiro contou com o apoio dos demais autorreguladores do mercado de valores.

Consulta pública

O International Accounting Standards Board (Iasb) publicou para consulta pública a minuta de alterações ao projeto Melhorias Anuais (Annual Improvements). As cartas-comentário deverão ser submetidas até 5 de setembro de 2012. ✓

O poder de arranque da indústria automotiva



Novo regime incentiva investimentos de montadoras no Brasil, que devem chegar a US\$ 22 bilhões até 2015

Foi positivo o resultado do recente anúncio feito pelo Governo Federal, como parte do Plano Brasil Maior, sobre o novo regime automotivo brasileiro. A medida foi elaborada de olho no crescimento e na competitividade do setor, de maneira a atrair mais investimentos – inclusive com a entrada de novos *players* estrangeiros. E, assim, gerar empregos nas montadoras e também em toda a cadeia produtiva, desde os fabricantes de autopeças até as concessionárias de veículos e oficinas de manutenção.

De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), os investimentos previstos pelas empresas do setor até 2015 chegam a US\$ 22 bilhões. As cifras confirmam a tendência de alta registrada historicamente.

Com investimentos de US\$ 5 bilhões no ano passado, as montadoras de veículos e máquinas agrícolas elevaram a US\$ 47,3 bilhões o estoque de investimentos realizados no País no período 1980 a 2011, aponta um levantamento da Anfavea.

“Somando-se os investimentos realizados pelas indústrias de autopeças no período – estimados em US\$ 28,8 bilhões –, a cadeia automotiva acumula inversões da ordem de US\$ 76 bilhões em fábricas, capacidade



Cledorvino Belini

de produção, produtos e processos industriais, inovação e engenharia”, explica Cledorvino Belini, presidente da Anfavea.

Segundo ele, o novo ciclo de investimentos programado pelas montadoras até 2015 gerará outros investimentos multiplicadores na cadeia supridora de autopeças e serviços correlatos. Ao todo, os investimentos acumulados devem alcançar US\$ 100 bilhões.

Para Cledorvino Belini, a indústria automobilística é um segmento estruturante, agregador de uma longa e complexa cadeia econômica e multiplicadora de novas economias, por sua capilaridade antes e depois da fabricação dos produtos. Desde as matérias-primas e insumos às autopeças, até a rede de distribuição e os serviços automotivos. É uma indústria que exige investimentos continuados em razão de sua dinâmica



Digital Vision/Thinkstock

de mercado e constante inovação tecnológica.

O novo regime automotivo brasileiro é considerado uma “janela” para atrair investimentos, uma vez que as regras serão válidas somente entre 2013 e 2017. A proposta define regras para a redução de impostos para empresas que instalarem plantas produtivas no país.

Plano Brasil Maior

O documento que instituiu o Plano Brasil Maior determina um desconto de até 30 pontos percentuais no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às montadoras, na proporção do uso de peças, insumos e outros materiais produzidos no Brasil ou nos demais países integrantes do Mercosul, para a fabricação dos veículos.

A grande diferença sobre a política

Entre 1980 e 2011, os investimentos da cadeia automotiva, incluindo o segmento de autopeças, totalizaram R\$ 76 bilhões

atual – em vigor até o dia 31 de dezembro deste ano – é que não há uma exigência mínima de conteúdo nacional, atualmente em 65%. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) defende a tese de que a flexibilização permitirá que mais fabricantes estrangeiros se instalem no Brasil.

Para ter o benefício da redução de IPI, as montadoras deverão apresentar documentos ao MDIC que comprovem investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação; em engenharia e tecnologia industrial básica. E também o cumprimento de

especificações da indústria nacional, inclusive com certificação do Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

Se cumprirem os requisitos estabelecidos, as empresas receberão uma habilitação do MDIC válida por um ano, que poderá ser renovada. As montadoras que ainda não têm plantas no Brasil deverão apresentar um projeto; a comprovação dos itens exigidos deve ser feita assim que a produção de veículos tiver início.

O Brasil na mira dos estrangeiros

O novo regime automotivo é extremamente importante para o crescimento e desenvolvimento de novas tecnologias no Brasil. O fato de muitos aspectos operacionais do novo regime ainda não terem sido detalhados não desanimou as montadoras interessadas em investir no País. As que já estão instaladas vão investir mais e as que pretendiam vir para cá continuam dispostas a prosseguir com seus projetos.

Aparentemente, a crise financeira global, com epicentro na Europa, também contribuiu para a vinda das montadoras. Quando as marcas se perguntam se vão instalar uma fábrica na Europa, nos Estados Unidos ou em território brasileiro, a chance de a resposta ser positiva

para o Brasil é muito grande. A situação econômica estável, com baixo risco para os investimentos, faz com que as montadoras estrangeiras tenham o Brasil como foco.

Um exemplo é o da JAC Motors, montadora de origem chinesa, que anunciou a construção de uma fábrica no Polo Industrial de Camaçari, na Bahia, com investimentos de R\$ 900 milhões. Serão 80% em capital nacional, do Grupo SHC, que já comercializava os veículos da marca no Brasil, e os 20% restantes da matriz chinesa.

A perspectiva é de que a planta da JAC entre em operação em 2014, com capacidade para produzir 100 mil unidades anuais, gerando 3,5 mil empregos diretos e dez mil indiretos. Para cumprir as exigências do novo regime automotivo, o projeto inclui

a construção de um centro de desenvolvimento de novas tecnologias. Entre as pesquisas a serem desenvolvidas estão novos sistemas de partida para motores flex e para controle da emissão de poluentes.

A Chery é outra marca chinesa que confirmou a instalação de uma fábrica no Brasil – a primeira fora da China –, em Jacareí, no interior paulista. Com um aporte de US\$ 400 milhões, a inauguração da planta está prevista para o ano que vem, gerando mais de três mil empregos diretos. A expectativa de produção é de 150 mil veículos por ano.

O interesse da fabricante no Brasil é fácil de compreender. As vendas dos seus veículos importados triplicaram entre 2010 e 2011, saltando de 7.008 para 21.682 unidades comercializadas, segundo dados da Federação Nacional dos



Distribuidores de Veículos Automotores (Fenabreve).

A sul-coreana Hyundai buscou financiamento local para instalar sua primeira fábrica no País. O BNDES aprovou em fevereiro a destinação de R\$ 307 milhões para uma planta da montadora em Piracicaba (SP), com capacidade de produzir 150 mil veículos anualmente.

A presença cada vez maior das montadoras estrangeiras tem colocado o Brasil no mapa mundial do setor automobilístico. Prova disso é que o primeiro meio de comunicação a divulgar o início das operações da Hyundai no País, previsto já para setembro, antes da entrada em vigor do novo regime automotivo, foi o jornal *Financial Times*, com sede no Reino Unido.

Outros fabricantes que planejam se instalar no Brasil são DAF, Suzuki, SsangYong, Changan, Haima, Shacman, Sinotruk, Effa/Lifan, BMW e Land Rover.

Mercado promissor

Apesar dos índices de queda na produção e comercialização de veículos, registrados nos últimos meses, o mercado brasileiro não dá sinais de esgotamento, ainda mais após a redução de juros ao consumidor, que deve estimular as vendas. Representantes do setor já sinalizaram para o Governo Federal a necessidade de uma nova política para a concessão de crédito no varejo, especialmente por parte dos bancos públicos.

O otimismo do setor se justifica também pelos números registrados em meses anteriores. Em março, por exemplo, as vendas da indústria

Montadoras globais aceleram a implementação de seus projetos em território brasileiro

automobilística foram 20,5% maiores do que em fevereiro, segundo a Anfavea.

A entidade contabiliza atualmente 19 montadoras de veículos e sete de máquinas agrícolas, operando 53 fábricas de motores, componentes, automóveis e caminhões em polos industriais automotivos localizados em oito estados brasileiros. Há também cerca de 500 empresas fornecedoras de autopeças espalhadas pelo país.

Estes números certamente vão aumentar com a chegada dos novos *players*, produzindo inclusive para o mercado externo e contribuindo para que o Brasil tenha resultados positivos na balança comercial.

Importadores buscam alternativas

Enquanto isso, no segmento de importação de veículos, o clima é de compasso de espera. As vendas dos veículos importados registram queda constante desde dezembro de 2011, quando o Governo Federal elevou o IPI em 30 pontos percentuais para os carros com menos de 65% de componentes nacionais.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores (Abeiva), Flavio Padovan, afirma que, "se analisarmos por dados de *market share*, o desempenho das associadas à Abeiva em abril representou 4,87%



Flavio Padovan

do total das vendas, ante 6,07% em abril de 2011. E, ao comparar os quadrimestres de 2012 e 2011, o nosso *market share* caiu de 4,96% para 4,66%. Apesar da difícil situação do setor de importação oficial de veículos automotores, o número de concessionárias saltou de 848 em janeiro para 882 em abril último, um aumento de 4%. Mas esse é o resultado de compromissos que haviam sido assumidos ao longo de 2011", diz o empresário.

Para tentar reverter a queda nas vendas, Padovan vem se reunindo com representantes do MDIC. O objetivo é buscar alternativas para as marcas importadas, antes mesmo da entrada em vigor do novo regime automotivo. ✓



pingos e respingos

Reconhecimento da profissão

Com o objetivo de fortalecer a classe contábil, os presidentes do Ibracon, Eduardo Pocetti, e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Juarez Domingues Carneiro, se reuniram na sede do CFC, em Brasília. Pocetti afirmou que, para "aumentar o reconhecimento da profissão e alcançar novos objetivos, é necessário um trabalho conjunto das duas entidades". O encontro também tratou de temas como a supervisão de qualidade das firmas de auditoria; as dificuldades criadas pelo uso do pregão eletrônico na contratação de auditores (o Ibracon é contra o pregão); a participação do Instituto e do CFC junto aos órgãos internacionais responsáveis pela emissão das Normas de Contabilidade e de Auditoria; e questões tributárias que afetam o desenvolvimento das sociedades de contabilidade e auditoria independente.

Mérito contábil

O presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, foi escolhido pela Comissão de Seleção constituída pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP) para receber a Medalha "Joaquim Monteiro de Carvalho", da Ordem do Mérito Contábil, por relevantes serviços prestados. A cerimônia ocorreu dia 14 de maio, na solenidade comemorativa do Dia do Contabilista, realizada no CRC-SP. A condecoração foi criada em 1995 para homenagear o contabilista pelo seu trabalho e dedicação.



Iran Siqueira Lima, Marta Arakaki, Edeno Teodoto Tostes, Luiz Fernando Nóbrega, André Luís Magustero Américo, Eduardo Pocetti e José de Faria Granja

Diálogo técnico

O Iasb (International Accounting Standards Board), o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e a FACPC (Fundação de Apoio ao CPC) promoveram diálogo técnico aberto com representantes seniores do *staff* do Iasb e do Financial Accounting Standards Board (Fasb, dos Estados Unidos). Realizado dias 27 e 28 de março, no auditório do Ibracon, o encontro discutiu os seguintes temas: "Agenda Consultation" e "Revenue Recognition", apresentados por Allison McManus, *technical manager* do Iasb, Kristin Denise Bauer, *practice fellow* do Fasb, e Amaro Gomes, membro do *board* do Iasb. Participaram ainda representantes de empresas concessionárias de serviços públicos, incorporadoras imobiliárias, telecomunicações, bancos de investimentos, auditores independentes, contadores e acadêmicos.



Amaro Gomes, do Iasb, participou do encontro

Interesse público

A Federação Internacional de Contadores (Ifac) divulgou em março um documento de apoio a um conjunto único de normas de auditoria para aplicação a entidades de pequeno e médio portes. A Ifac julga de interesse público que os usuários de demonstrações financeiras auditadas "possam ter certeza de que auditorias em entidades pequenas ou grandes, simples ou complexas, tenham sido realizadas de acordo com os mesmos padrões elevados". Leia o documento, traduzido pelo Ibracon com autorização da Ifac, em www.ibracon.com.br/downloads/pdf/policyPositionPaper_2_Final.pdf

Estratégia

Eduardo Pocetti e o superintendente Marco Aurelio Fuchida visitaram o Congresso Nacional como parte da estratégia de difusão da importância do Ibracon e da profissão para o País. Eles se reuniram com vários parlamentares, inclusive o líder do Governo no Senado, Eduardo Braga. Pocetti destacou aos parlamentares que "o fortalecimento da auditoria independente ajuda a elevar a transparência no Brasil". Braga e os demais parlamentares manifestaram intenção de colaborar com o Ibracon na defesa dos assuntos de interesse da profissão.

Homenagem

Eduardo Pocetti, presidente da Nacional, e Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Seção Regional, receberam a homenagem conferida ao Ibracon, no dia 16 de abril, em sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, na comemoração ao Dia do Contabilista. A iniciativa foi do deputado estadual Itamar Borges. Pocetti agradeceu a homenagem e destacou a satisfação de atuar como parceiro de trabalho das entidades contábeis congregateadas. Adelino Dias Pinho falou da importância da contabilidade como instrumento do progresso e da justiça social. As demais entidades contábeis também foram homenageadas com placa ao mérito contábil.



Vereadora Edir Sales, Adelino Dias Pinho, deputado estadual Itamar Borges, Eduardo Pocetti e deputados federais Arnaldo Faria de Sá e Walter Ithoshi

Posse na CVM

O Ibracon prestigiou a solenidade de posse de Roberto Tadeu Antunes Fernandes como diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na sede da autarquia, no Rio de Janeiro. O presidente Eduardo Pocetti reafirmou a posição do Ibracon em manter o alinhamento com a CVM. Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Seção Regional do Ibracon, destacou a importância da CVM para a maturidade do mercado de capitais brasileiro.

Curso para jornalistas

O Ibracon realizou entre março e abril a série de seis encontros do curso sobre contabilidade e auditoria independente para jornalistas do *Valor Econômico*. Realizado na redação do jornal, o curso foi aberto por Carlos Alberto de Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon e contou com a participação de profissionais da Deloitte, Ernst & Young Terco, KPMG e PwC.



Carlos Alberto de Sousa abriu o curso no Valor Econômico

Contas aprovadas

A Assembleia Geral Nacional Ordinária do Ibracon aprovou as contas do Instituto do ano passado. Os participantes receberam o Relatório de Gestão com as principais realizações do triênio 2009-2011 e as demonstrações contábeis de 2011. A ex-presidente da Nacional, Ana Maria Elorrieta, agradeceu a confiança do Conselho de Administração e desejou bom trabalho à Diretoria atual. Walter Andreoli, ex-presidente da 5ª Seção Regional, agradeceu a oportunidade de ter participado da gestão 2009-2011.

Prêmios Transparência

Os vencedores dos Prêmios Transparência de Jornalismo e Universitário desfrutaram, de 21 a 25 de maio, da viagem concedida pelo Ibracon. Maristela Giroto, da *Revista Brasileira de Contabilidade*, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e Yuki Yokoi, da revista *Capital Aberto*, que receberam o Prêmio de Jornalismo, e Maria Luisa Sampaio de Sousa Sanabio Pereira e o professor Adalberto Gonçalves Pereira, ambos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, foram para Nova York.



Novos critérios

A partir deste ano, o Programa de Educação Profissional Continuada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) tem novos critérios de pontuação, por conta da Resolução CFC nº 1.377/11, que deu nova redação à NBC PA 12. Uma das alterações determina o cumprimento de 40 pontos de Educação Continuada por ano-calendário, sendo que pelo menos 50% deles devem envolver aquisição de conhecimento. Capacitador nato, o Ibracon ministrou 3.321 horas/aula em

366 eventos realizados de 2009 a 2011 pelas Regionais. Atento às necessidades da profissão, o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil oferece uma grade qualificada de cursos e eventos, que atendem aos novos critérios.

Ano	Nº eventos	Nº alunos	Carga horária
2009	124	3.247	934
2010	118	3.406	1.248
2011	124	2.995	1.139
Total	366	9.648	3.321

Normas IFRS

Em janeiro de 2013, quatro novas normas do International Accounting Standards Board (IASB) devem começar a ser adotadas, convertidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). São elas os IFRS 10 (Demonstrações consolidadas), 11 (Acordos conjuntos), 12 (Divulgação de participações em outras entidades) e 13 (Mensuração do valor justo). Fique atento à grade de cursos do Ibracon, que já oferece treinamentos sobre esses temas.

Trabalho sério

A Comissão de Educação Continuada do Conselho Federal de Contabilidade tem dado especial atenção à análise da pontuação. "Temos muito cuidado para não prejudicar o profissional que cumpriu os requisitos do CFC Continuada", diz Carlos Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon.

Nas reuniões deste ano, os principais temas foram a avaliação dos pedidos de credenciamento de capacitadores e a comprovação do cumprimento dos requisitos de pontuação. "Cada processo é analisado pelo relator que apresenta seu voto para discussão na Comissão", explica. Sousa frisa que: cada caso é tratado de forma individual. Ele avalia que o crescente número de entidades que pleiteiam aprovação como capacitadoras e de profissionais que buscam o reconhecimento dos eventos de que participaram demonstra a forma séria como a Educação Continuada vem sendo encarada pela profissão.

Pequenas e médias

A partir deste ano, todas as auditorias independentes devem ser feitas com base nas novas normas. É que a aplicação das novas normas para auditorias de empresas não reguladas e de capital fechado foi adiada de 2011 para 2012. Isso diz respeito diretamente às firmas de auditoria de pequeno e médio portes, que atuam em segmentos mais específicos, não regulados.

O Ibracon traduziu e revisou o Guia de Utilização das Normas de Auditoria em Auditorias de Entidades de Pequeno e Médio Portes, que está em fase final de edição no CFC. O guia, elaborado pela Federação Internacional de Contadores (Ifac), aborda de forma prática a aplicação das novas normas de auditoria.

O Ibracon também oferece, este ano, o curso sobre auditoria em entidades de pequeno e médio portes, formatado de acordo com o guia.

Confira a grade completa dos cursos oferecidos no seu Estado consultando a programação das Seções Regionais. Acesse o Portal Ibracon: www.ibracon.com.br.

Conferência do Ibracon é o principal encontro da profissão

A 2ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente começa dia 19 de junho cercada de grande expectativa, justificada pelo sucesso da primeira edição do evento realizada no ano passado. O encontro técnico promovido pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil será prestigiado por conferencistas nacionais e internacionais.

"A Conferência apresenta o panorama atual da área de auditoria e contabilidade por meio de palestras e painéis de profissionais engajados e com amplo conhecimento do nosso mercado", diz Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon, que fará a abertura do evento. As firmas de auditoria de pequeno e médio portes estão entre os temas de destaque do encontro, tanto nas palestras quanto nos painéis.

A programação tem participações de profissionais de diversas áreas de atuação e de representantes de entidades do Brasil e do Exterior, como o International Accounting Standards Board (Iasb) e a Federação Internacional dos Contadores (Ifac).

O primeiro dia do evento será aberto por Maria Helena Santana, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A programação prossegue com palestras internacionais, como as de Giancarlo Attolini, representante da Federação Internacional de Contadores

(Ifac), que assumiu, em janeiro, a presidência do Comitê de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes; e de Phil Coperthwaite, membro do Comitê de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes da Ifac, indicado pelo Canadian Institute of Chartered Accountants (Cica). No dia 20, data do encerramento da Conferência, haverá palestra de Luís Nelson Porto Araújo, sócio-fundador da Delta Economics & Finance, e de Amaro Luiz de Oliveira Gomes, membro do Iasb.

Os painéis abordarão temas relevantes como Governança Corporativa - Comitê de Auditoria; Aplicação Prática das Novas Normas de Auditoria - FAPMP; Educação Continuada - Mudanças nas Normas; A Contabilidade e Auditoria no Brasil: Visão dos Reguladores; e Sistema de Controle de Qualidade das Firmas de Auditoria.

A 2ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente acontece no Hotel Intercontinental, em São Paulo.

"Esse é um importante evento técnico para os profissionais de contabilidade e auditoria independente, principalmente pela oportunidade de adquirir conhecimento com os palestrantes e esclarecer dúvidas nos painéis", acrescenta Guy Almeida Andrade, presidente do Conselho de Administração do Ibracon.

Nova gestão toma posse

Evento também lançou a Galeria de Presidentes da Diretoria Nacional



A nova gestão nacional do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil tem entre seus objetivos principais o aumento do número de associados. Com esse discurso, Eduardo Pocetti tomou posse como presidente da Diretoria Nacional em café da manhã realizado em 3 de maio, na sede da entidade. No mesmo evento houve a posse do Conselho de Administração, da Diretoria Nacional e da Diretoria da 5ª Seção Regional.

Pocetti destacou que os trabalhos serão conduzidos em alinhamento com as estratégias estabelecidas pelo Conselho de Administração, baseadas em quatro pilares: ampliar o número de associados; dar ênfase à Educação Continuada; ampliar as relações político-institucionais e fortalecer as Seções Regionais. “Cabe um destaque especial ao papel das regionais e de suas diretorias. Elas são o verdadeiro elo com os nossos associados; por isso, já iniciamos visitas periódicas não só nas regionais mas em diversas empresas, apresentando o nosso trabalho e mostrando a importância da associação”, disse o presidente.

O presidente do Conselho de

Administração, Guy Almeida Andrade, ressaltou que esse é o momento de rever estratégias, refletir sobre os erros e adotar novas táticas. “Um novo grupo vai dar ritmo e impor o seu estilo na continuidade das ações da entidade, visando a cumprir os objetivos que os associados estabeleceram”, disse.

Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Regional, avaliou que haverá aumento no número de horas e na grade de cursos da Educação Continuada. “Queremos fornecer aos profissionais cursos de alta qualidade”, disse. E explicou que uma das estratégias para ampliar a base de associados será atrair as mulheres. “É grande o número de mulheres que trabalham nas firmas. E o total de associadas não reflete essa realidade. Queremos buscar essas associadas, assim como os jovens, que estão ingressando na profissão”, ressaltou.

A ex-presidente Ana Maria Elorrieta destacou que sua gestão buscou fazer a diferença. “Realizamos trabalhos importantes, como o evento em comemoração aos 40 anos do Ibracon.



Guy Almeida Andrade

Espero ter criado situações às quais a nova direção possa dar continuidade e realizar um trabalho que faça a diferença”, concluiu.

Ex-presidente da 5ª Regional na gestão 2009-2011, Walter Arnaldo Andreoli destacou a importância do trabalho realizado na área de Educação Continuada e o empenho de cada diretor para o sucesso das ações. “Não existe trabalho sem união, precisamos de todos os auditores como associados”, afirmou.

O presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP), Victor Domingos Galloro, destacou que o Ibracon é uma instituição atuante. “As entidades estão alinhadas com o Ibracon, que hoje tem uma ampla representação nacional”, elogiou.

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Juarez Domingues Carneiro, conclamou os presentes a apoiar sua campanha para transformar o ano de 2013 no Ano da Contabilidade. “Vamos realizar uma corrente e mostrar a importância da contabilidade para todo o País. Podemos projetar uma imagem muito positiva da contabilidade e suas conquistas”, finalizou.



Haroldo Levi, Iran Siqueira Lima, Juarez Domingues Carneiro, Eduardo Pocetti, Luiz Fernando Nóbrega e Pedro Melo

Galeria de presidentes

Preservar a memória e homenagear quem fez a diferença. Com esses objetivos o Ibracon lançou a Galeria de Presidentes. Trata-se de uma mostra eletrônica em diversos aparelhos de televisão, localizados no Espaço de Convivência do Ibracon. O vídeo, com música de fundo, exibe imagens dos 18 presidentes que ocuparam o cargo desde a fundação do Ibracon, em 13 de dezembro de 1971.

Durante o evento, os homenageados também receberam uma placa comemorativa pelos serviços prestados e um DVD com a Galeria de Presidentes. Estiveram presentes os ex-presidentes Gilson Miguel de Bessa Menezes, José Rojo Alonso, Irineu de Mula, Guy Almeida Andrade, Édison Arisa Pereira e Ana Maria Elorrieta.

Outros enviaram representantes: Sandra de Almeida Motta compareceu em nome de Fernando Carneiro da Motta; Plínio Biscalchin representou Luiz Carlos Vaini; Adelino Dias Pinho representou Natal Julio de Luca; e Claudio Avelino Mac-Knight Filippi representou Osmar Schwacke.

Os presidentes falecidos foram representados por amigos ou familiares. Odair Correa da Silva representou Roberto Dreyfuss, o primeiro presidente do Ibracon; Frederico Almada Rodrigues, compareceu representando Alberto Almada Rodrigues; Ivone Paiva da Fonseca, representou José Ismar da Fonseca; Murilo Sarno Martins Villas, representou Márcio Martins Villas. Os ex-presidentes Ariovaldo Guello, Elso Raimondi e Francisco Papellás Filho, que não puderam comparecer nem mandar



Ivone Paiva da Fonseca, que representou José Ismar da Fonseca, Adelino Dias Pinho e Irineu de Mula

Galeria é o primeiro passo do projeto de resgate da memória do Ibracon

representantes, receberão a placa de homenagem posteriormente.

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna, diretor de Comunicação do Ibracon, explicou que, graças ao investimento feito em um *software* específico, a Galeria de Presidentes do Ibracon poderá ser disposta em qualquer lugar. Diariamente, em caráter permanente, a Galeria pode ser vista nas TVs instaladas nas recepções do Instituto, dando a oportunidade para que os visitantes conheçam parte da história do Ibracon.

"Há um planejamento para iniciar um trabalho de resgate da história do Instituto, fazendo a preservação para as futuras gerações. Organizações centradas em valores sabem da importância de contar sua história e mantê-la permanentemente atualizada", ressaltou Pocetti.

O ex-presidente Gilson Miguel de Bessa Menezes, gestão 1978-1982, também defendeu a preservação da memória do Ibracon. "Nesses 40 anos, o Instituto vivenciou tempos, períodos e gerações diferentes. E o prestígio do Ibracon acompanhou seu crescimento ao longo dos anos. Cada um ofereceu um pouco de si e de seu tempo para que o sonho coletivo fosse realizado", concluiu Bessa Menezes.

José Rojo Alonso se disse satisfeito por ter sido lembrado pelo Ibracon. "Não é fácil, com o passar dos anos, ficar na memória. Eu como outros ex-presidentes temos essa honra, de ser lembrados por fatos que marcaram a gestão com muita luta, apesar das dificuldades encontradas na época. Muito obrigado, Ibracon, pelo reconhecimento do meu esforço em luta pela profissão", concluiu.



Waldir Pietrobon, José Rojo Alonso e Odair Correa da Silva, representando Roberto Dreyfuss



Walter Arnaldo Andreoli



Ana María Elorrieta e Juarez Domingues Carneiro



Eduardo Pocetti, Edison Arisa e Paulo César Santana



Antônio Carlos de Castro Palácios, Eduardo Pocetti, Antoninho Marmo Trevisan, Pedro Melo, Adelino Dias Pinho e Raul Correa da Silva



Idésio da Silva Coelho Júnior, Guy Almeida Andrade e Edison Arisa



Eduardo Pocetti, Arnaldo Jardim e Marco Aurelio Fuchida



Antônio Carlos de Castro Palácios, Zulmir Breda, Adelino Dias Pinho, Juarez Domingues Carneiro e Pedro Melo

Dedicação em tempo integral

O jovem presidente do CRC-SP, Luiz Fernando Nóbrega, começou cedo na contabilidade e conquistou credibilidade pelo comprometimento afinado com os valores da profissão

O sucesso profissional não tem receita, mas alguns “ingredientes” essenciais despontam quando se acompanha a carreira de profissionais que chegaram ao topo. Seriedade e perseverança são algumas das características sempre presentes na trajetória de profissionais bem-sucedidos, além, claro, das habilidades específicas de cada atividade. E isso vale para todos os gêneros e faixas etárias.

O novo presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP) é um excelente exemplo de profundo comprometimento: aos 37 anos, 20 dos quais dedicados à contabilidade, Luiz Fernando Nóbrega é um dos mais jovens presidentes da entidade. E mesmo tendo de manter uma rotina corrida – tem família e escritório em Bauru, no interior de São Paulo, e dá expediente no CRC, na Capital – não abre mão de participar ativamente nas entidades de classe e órgãos associados à sua profissão.

Foi diretor da Comissão de Ética do Sindicato dos Contabilistas de Bauru e coordenou, de 2004 a 2006, o Centro de Estudos da entidade. Nesta época, ele acumulava essas funções com sua atuação no CRC-SP.

Antes de ser eleito, no dia 2 de janeiro, para a Presidência da entidade, na gestão 2012-2013, Nóbrega atuou 12 anos no órgão, em diversos cargos, tendo

começado como conselheiro. Também foi vice-presidente de Desenvolvimento Profissional (gestão 2008-2009) e de Administração e Finanças (gestão 2010-2011).

Essa trajetória evidencia o grau de comprometimento de Nóbrega com a profissão e permite antecipar seu sucesso nas metas que se propôs a cumprir na gestão como presidente. Uma delas é aumentar a participação do órgão no segmento contábil e na sociedade.

Valores de família

A trajetória de Nóbrega revela um grau de comprometimento muito afinado com os valores do contabilista, adquiridos em família. A inspiração pela carreira veio do pai, também profissional da área e proprietário de um escritório de contabilidade. Nóbrega ingressou no curso de Ciências Contábeis na Instituição Toledo de Ensino, aos 17 anos, em sua cidade natal, Bauru, no interior de São Paulo.

A carreira no CRC-SP começou em 2000. “Lembro que, aos 26 anos, eu era o conselheiro mais jovem de todos os Conselhos Regionais de Contabilidade do Brasil”, conta. “Foi muito difícil, pois, evidentemente, eu não era levado muito a sério na hora de analisar processos mais complexos e profundos.” Não demorou muito para ele



convencer seus pares de que estava habilitado para exercer as funções com a responsabilidade devida.

"Bauru fica a 330 km da Capital. Eu saía de lá muito cedo e viajava umas quatro horas, passava o dia inteiro no CRC e, na volta, ainda levava os processos para estudar em casa", relembra. Foi uma época difícil, de rotina puxada. "Mas eu entendi que só conquistaria a confiança dos conselheiros mais experientes mostrando que as minhas opiniões realmente tinham fundamento", conta.

A estratégia surtiu efeito. Pouco mais de uma década depois, Luiz Fernando Nóbrega está à frente de uma entidade com 250 funcionários e cerca de 150 representantes espalhados pelo interior do Estado. O CRC-SP é o maior do País, representando cerca de 140 mil profissionais e mais de 20 mil empresas contábeis.

A ascensão se deu naturalmente, fruto do acúmulo de conhecimento

Nóbrega julga muito importante a participação de jovens nas instituições, pois agrega opiniões e jovialidade

e de experiência, dentro e fora da entidade. "Quando aconteceu, eu me senti preparado", diz Nóbrega. De fato, ao longo dos 12 anos de participação na entidade, ele atuou nas Câmaras, relatou processos, conheceu os controles internos e trabalhou no desenvolvimento profissional.

Casado há dez anos, Nóbrega tem dois filhos pequenos, uma menina de um ano e um menino de cinco. Mas a intensa rotina do início da carreira continua a mesma. A nova agenda, mais apertada, exige que o presidente fique em São Paulo entre segunda e quarta-feira. Como a vida da família gira ao redor de Bauru, o casal optou por não mudar para a Capital. Nóbrega

tem de passar alguns dias longe da família que, evidentemente, sente sua falta, principalmente quando o presidente do CRC precisa vir a São Paulo mais de uma vez durante a semana.

"Meus filhos ainda são pequenos, mas já perguntam onde vou e quando volto. A gente conversa, eu explico, mas sei que isso faz diferença no dia a dia da família", conta Nóbrega. Para compensar a ausência, o contador dedica os finais de semana à esposa e aos filhos. "Com exceção da turma do futebol, faço questão de ficar em casa com eles para compensar o tempo que passo longe. Assistimos filmes e ficamos muito juntos mesmo."

“Eu saía de Bauru muito cedo, viajava quatro horas, passava o dia inteiro no CRC e, na volta, ainda levava os processos para estudar em casa. Entendi que só conquistaria a confiança dos conselheiros mais experientes mostrando que minhas opiniões tinham fundamento”

Jovialidade

Luiz Fernando Nóbrega acredita que os jovens são bem mais ativos nos meios contábeis hoje do que há 20 anos. “Quando comecei, havia pouquíssimos contadores e conselheiros com menos de 30, 40 anos nas instituições representativas; hoje isso é bem mais comum e acho muito importante, pois agrega opiniões e um certo ar de jovialidade”, confirma.

O presidente foi responsável, desde o começo do ano, por colocar o CRC-SP nas redes sociais, como forma de aumentar a interface da entidade com os associados e a sociedade. Em pouco mais de quatro meses, a página no Facebook já conta com mais de três mil seguidores, além das 500 pessoas que seguem o perfil do CRC-SP no *twitter*. “É preciso modernizar os meios de comunicação e estar onde o nosso público-alvo precisa, fornecendo informação rápida e de qualidade”, explica Nóbrega.

Pós-graduado em Administração de



Marketing e Recursos Humanos e em Controladoria e Finanças, ele acredita que a comunicação é um fator muito importante para o desenvolvimento da profissão.

“Queremos ouvir mais para servir melhor os contabilistas. Saber das reais necessidades dos nossos representantes e lhes dar o que precisam”, diz. “A contabilidade brasileira possui um potencial imenso, que cresce a cada dia, e o CRC-SP está se preparando

para atender melhor a essas demandas. Além disso, estamos atuando na disseminação das normas internacionais de contabilidade, que não se resumem a uma mudança técnica. A transição é muito mais profunda. É cultural.”

Em 2013, após o término de seu mandato como presidente do CRC-SP, Nóbrega pretende retornar a Bauru, onde ainda mantém um escritório de contabilidade. “Quero compensar o tempo longe da família”, finaliza. ✓

Desoneração e custo do trabalho

José Pastore*

Medida, há muito pleiteada por empresários e especialistas, contribui para reduzir o custo do trabalho em expressivos 27%

A desoneração dos 20% para a Previdência Social reduz substancialmente as despesas de contratação e, portanto, o custo do trabalho para os setores afetados pela última medida do governo. Na tabela da próxima página, vê-se que o total de despesas cai de 102,43% para 74,79%. É um grande avanço.

A medida vem sendo objeto de muitas objeções. Listo as principais:

- Uma verdadeira desoneração não deveria conter a taxação compensatória de 1% a 2% sobre o faturamento;
- A taxação do faturamento é perversa porque grava empresas que têm alto faturamento e baixo lucro (ou prejuízo);
- Questiona-se ainda o efeito em cascata que decorre dessa taxação;
- A medida traz complicações para as empresas, em especial para as que têm de recolher uma parte sobre a folha de salários e outra sobre o faturamento;
- A compensação para a Previdência é insuficiente, o que obriga o Tesouro Nacional a bancar a diferença, comprometendo a meta de superávit fiscal;
- Isso será agravado em momentos de queda de atividade



porque o faturamento e a receita da Previdência se reduzem imediatamente (na folha de salários o efeito é retardado porque as empresas demoram para demitir).

Todos os argumentos são justificáveis. Mas nenhum deles anula o fato de que a medida contribui para reduzir o custo do trabalho, o que há tanto tempo vem sendo reivindicado por empresários e analistas do mercado de trabalho. A redução é muito expressiva (27%) e não pode ser desprezada.

Há uma outra vantagem: a tributação no faturamento grava o resultado final da produção e não o início (fator trabalho) quando ainda nada se sabe sobre o que vai ocorrer.

Alternativa seria realizar duas reformas inadiáveis: a trabalhista e a previdenciária que, por sua vez, levariam também à reforma tributária

É claro que esse não é o caminho mais reto e mais curto para se chegar ao porto pretendido. Mas o governo fez a lição de casa direitinho ao constatar, finalmente, que as despesas de contratação são muito elevadas e que a Previdência não pode ficar a descoberto.

Faltou prosseguir na lógica. Ou seja, se o custo do trabalho é muito onerado por vários tipos de encargos e se a Previdência corre o risco de quebrar, impunha-se tomar a decantada decisão de promover duas reformas inadiáveis: a trabalhista e a previdenciária o que, por sua vez, demandaria a tributária.

É claro que essa lógica esteve e está presente no raciocínio dos governantes enquanto pessoas responsáveis pelo destino da nação. Infelizmente, elas não fazem parte do roteiro dos políticos que temem perder votos se tocarem nesses assuntos.

Conclusão: optamos pelo tortuoso porque a política não deixa optar pelo linear. ✓

*** José Pastore é professor de Relações do Trabalho da FEA-USP e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio de São Paulo**

Despesas de contratação na indústria (horistas)

Tipos de despesas	% sobre o salário	% sobre o salário
	sem desoneração	com desoneração
Grupo A obrigações sociais		
Previdência Social	20,00	---
FGTS	8,00	8,00
Salário educação	2,50	2,50
Acidentes do trabalho (média)	2,00	2,00
Sesi/Sesc/Sest	1,50	1,50
Senai/Senac/Senat	1,00	1,00
Sebrae	0,60	0,60
Incra	0,20	0,20
Subtotal A	35,80	15,80
Grupo B tempo não trabalhado I		
Repouso semanal	18,91	18,91
Férias	9,45	9,45
Abono de férias	3,64	3,64
Feriados	4,36	4,36
Aviso prévio (*)	1,32	1,32
Auxílio enfermidade	0,55	0,55
Subtotal B	38,23	38,23
Grupo C tempo não trabalhado II		
13º salário	10,91	10,91
Despesa de rescisão contratual	2,94	2,94
Subtotal C	13,85	13,85
Grupo D incidências cumulativas		
Incidência cumulativa Grupo A/Grupo B	13,68	6,04
Incidência do FGTS s/13º sal.	0,87	0,87
Subtotal D	14,55	6,91
Total geral	102,43	74,79

Fonte: Itens da Constituição Federal e CLT

(*) Não está computado o adicional proporcional ao aviso prévio por tempo de serviço (Lei 12.506/11)

ALUNO E PROFESSOR

O Ibracon quer levar vocês a Nova York



Prêmio Transparência Universitário 2012

- ✓ Envie o seu trabalho até 31/10/2012.
- ✓ O autor do trabalho vencedor e o Professor Orientador serão premiados com uma viagem cultural com duração de cinco dias a Nova York, para uma visita cultural ao Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA) e a uma universidade, na mesma região, que mantenha curso de ciências contábeis.
- ✓ Prêmio destinado a estudantes de Ciências Contábeis.

INSCRIÇÕES E REGULAMENTO:
www.ibracon.com.br/universitario

IBRAACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL



Nacional

**Ibracon - Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil**
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

Seções Regionais

1ª Seção

Rua Carlos Vasconcelos, 1777
60115-170, Fortaleza, CE
Fone/fax: (85) 3065-1099
ibraconprimeira@yahoo.com.br

2ª Seção

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175
ibraconsegunda@smartsat.com.br

3ª Seção

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br
www.ibraconterceira.com.br

4ª Seção

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção

Rua Maestro Cardim, 1170,
8º e 9º andares
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br
www.ibracon.com.br

6ª Seção

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibraconsexta.com.br
www.ibraconsexta.com.br

9ª Seção

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br